

4º SIMULADO GERAL

GABARITO

1D	2B	3D	4A	5C	6B	7A	8D	9E	10B
11C	12E	13E	14B	15A	16A	17A	18E	19A	20C
21D	22C	23D	24C	25C	26E	27A	28C	29B	30E
31B	32C	33E	34B	35D	36D	37E	38A	39C	40D
41C	42C	43E	44A	45E	46D	47D	48A	49C	50A
51E	52A	53B	54E	55E	56D	57E	58B	59A	60D
61B	62B	63C	64B	65C	66D	67A	68B	69C	70E
71B	72C	73A	74A	75B	76A	77A	78E	79A	80E
81C	82B	83E	84C	85B	86B	87A	88E	89A	90D
91A	92C	93B	94E	95B	96B	97E	98E	99B	100E

GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia o cartum para responder as questões de 01 e 02.



(Estela May, "Péssimas influências". Folha de S.Paulo, 22.02.2020)

Quanto à ideia do personagem de ser ele mesmo, conclui-se corretamente que as três pessoas que o bloquearam no aplicativo

- A) receberam-no com bom humor.
- B) ignoraram-no pela superficialidade.

- C) viram-no como uma inovação.
- D) condenaram-no muito provavelmente.
- E) curtiram-no com certo entusiasmo.

Comentário

A) receberam-no com bom humor.

INCORRETA. As três pessoas o bloquearam, ou seja, condenaram-no muito provavelmente. Na verdade, elas o receberam com rejeição e não com bom humor.

B) ignoraram-no pela superficialidade.

INCORRETA. Extrapolação textual. Não tem como saber o motivo pelo qual as três pessoas o bloquearam.

C) viram-no como uma inovação.

INCORRETA. Se o bloquearam, não o viram como uma inovação.

D) condenaram-no muito provavelmente.

CORRETA. Muito provavelmente não gostaram das suas ideias, opiniões.

E) curtiram-no com certo entusiasmo.

INCORRETA. Se o bloquearam, não curtiram com entusiasmo.

GABARITO D

2 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Em conformidade com a norma-padrão, se a frase fosse proferida por uma pessoa do gênero feminino, assumiria a seguinte redação:

- A) Me disseram para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.
- B) Disseram-me para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.
- C) Me disseram para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueado por três pessoas no Instagram.
- D) Disseram-me para mim ser eu mesmo, mas isso me fez ser bloqueado por três pessoas no Instagram.
- E) Me disseram para mim ser eu mesmo, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.

Comentário

A) ~~Me disseram~~ para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.

INCORRETA. Não se pode iniciar frase com pronome oblíquo átono.

B) Disseram-me para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.

CORRETA. Foram utilizadas corretamente os termos “disseram-me”, “mesma” e “bloqueada”.

C) ~~Me disseram~~ para eu ser eu mesma, mas isso me fez ser ~~bloqueado~~ por três pessoas no Instagram.

INCORRETA. Não se pode iniciar frase com pronome oblíquo átono e “bloqueado” deveria estar no feminino “bloqueada”.

D) Disseram-me para mim ser eu ~~mesmo~~, mas isso me fez ser ~~bloqueado~~ por três pessoas no Instagram.

INCORRETA. “mesmo” e “bloqueado” deveriam estar no feminino “mesma” e “bloqueada”.

E) ~~Me disseram~~ para mim ser eu ~~mesmo~~, mas isso me fez ser bloqueada por três pessoas no Instagram.

INCORRETA. Não se pode iniciar frase com pronome oblíquo átono e “mesmo” deveria estar no feminino “mesma”.

GABARITO B

3 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 03 a 08.

Filho

Não existe isso que chamam de reprodução. Quando duas pessoas decidem ter um bebê, elas se envolvem em um ato de “produção”, e o uso generalizado da palavra “reprodução” para essa atividade, com a implicação de que duas pessoas estão quase se trançando juntas, é na melhor das hipóteses um eufemismo para confortar os futuros pais antes que se metam em algo que não podem controlar. Nas fantasias subconscientes que fazem a concepção parecer tão sedutora, muitas vezes é nós mesmos que gostaríamos de ver viver para sempre, e não alguém com uma personalidade própria. Tendo previsto a marcha para a frente de nossos genes egoístas, muitos de nós não estamos preparados para filhos que apresentam necessidades desconhecidas. A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade. Contamos com a garantia de ver no rosto de nossos filhos que não vamos morrer. Filhos cuja característica

definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular: devemos amá-los por si mesmos, e não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer. Amar nossos próprios filhos é um exercício para a imaginação.

Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto. Pouca coisa é mais gratificante do que filhos bem-sucedidos e dedicados, e poucas situações são piores do que o fracasso ou a rejeição filial. Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos, e, na medida em que são diferentes, podem ser os nossos detratores mais veementes. Desde o início, nós os instigamos a nos imitar e ansiamos pelo que talvez seja o elogio mais profundo da vida: o fato de eles escolherem viver de acordo com nosso sistema de valores. Embora muitos de nós sintam orgulho por ser diferentes dos pais, ficamos infinitamente tristes ao ver como nossos filhos são diferentes de nós.

(Andrew Solomon. Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade, 2013. Adaptado)

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- A) os filhos tornam-se estranhos para os pais na medida em que os obrigam a amá-los por si mesmos.
- B) diferentemente da maternidade, a paternidade pressupõe a relação com um estranho.
- C) não é possível amar um filho por si mesmo, sem colocar nele projeções de nossa própria personalidade.
- D) a fantasia da imortalidade faz com que seja extremamente difícil aceitar que um filho seja diferente de nós.
- E) nosso sistema de valores é passado a nossos filhos com a condição de que eles se tornem admiradores.

Comentário

A) os filhos tornam-se estranhos para os pais na medida em que os obrigam a amá-los por si mesmos.

INCORRETA. Há extrapolação textual, já que em nenhum momento o texto informa que os filhos se tornaram estranhos aos pais por os obrigarem a amá-los por si mesmo. Na verdade, o autor defende que devemos amar nossos filhos por si mesmos, e não pelo melhor de nós mesmos neles.

(...) devemos amá-los por si mesmos, e não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer. Amar nossos próprios filhos é um exercício para a imaginação.

B) diferentemente da maternidade, a paternidade pressupõe a relação com um estranho.

INCORRETA. O texto se refere aos pais. A paternidade também está englobando a maternidade. Além disso, não há a informação de que a paternidade pressupõe a relação com um estranho. O autor afirma que a paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho, mas não que isso seja um pressuposto.

(...) "A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade."

C) não é possível amar um filho por si mesmo, sem colocar nele projeções de nossa própria personalidade.

INCORRETA. O texto defende a ideia de que temos que amar os filhos por si mesmos. Mas não diz que isso é impossível. Houve extrapolação textual.

D) a fantasia da imortalidade faz com que seja extremamente difícil aceitar que um filho seja diferente de nós.

CORRETA. É o que se conclui das seguintes passagens:

(...) Nas fantasias subscientes que fazem a concepção parecer tão sedutora, muitas vezes é nós mesmos que gostaríamos de ver viver para sempre, e não alguém com uma personalidade própria."

(...) Contamos com a garantia de ver no rosto de nossos filhos que não vamos morrer. Filhos cuja característica definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular: devemos amá-los por si mesmos, e não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer."

E) nosso sistema de valores é passado a nossos filhos com a condição de que eles se tornem admiradores.

INCORRETA. O texto informa que nossos filhos podem ser tornar nossos admiradores, mas também podem ser os nossos detratores mais veementes:

(...) "Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos, e, na medida em que são diferentes, podem ser os nossos detratores mais veementes."

Em nenhum momento, o texto diz que o nosso sistema de valores é passado a nossos filhos como uma condição para que tornem nossos admiradores. Houve extrapolação textual.

GABARITO D

4 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere a seguinte frase do texto:

"Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos, e, na medida em que são diferentes, podem ser os nossos detratores mais veementes".

Um sinônimo para o vocábulo em destaque é

A) impetuosos.

B) inexpressivos.

C) exigentes.

D) extenuantes.

E) comoventes.

Comentário

Segundo o dicionário do Google, a palavra veemente significa:

1. Que possui uma força **impetuosa**; intenso, ardente.
2. Em que se coloca ânimo, energia, vigor, enérgico, forte, vigoroso.

GABARITO A

5 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa em que há palavra empregada com sentido figurado.

A) Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos.

B) A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho.

C) Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto.

D) Quando duas pessoas decidem ter um bebê, elas se envolvem em um ato de “produção”.

E) Filhos cuja característica definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular.

Comentário

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS É fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.	

A) *Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos.*

INCORRETA. Todas as palavras estão no sentido denotativo (sentido literal, próprio).

B) *A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho.*

INCORRETA. Todas as palavras estão no sentido denotativo (sentido literal, próprio).

C), *Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto.*

CORRETA. A palavra “sangue” foi utilizada no sentido conotativo, figurado. Não existe sangue que fala mais alto. Isso só existe na fantasia.

D) *Quando duas pessoas decidem ter um bebê, elas se envolvem em um ato de “produção”.*

INCORRETA. Todas as palavras estão no sentido denotativo (sentido literal, próprio).

E) *Filhos cuja característica definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular.*

INCORRETA. Todas as palavras estão no sentido denotativo (sentido literal, próprio).

GABARITO C

6 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) O trecho do texto que está reescrito corretamente, considerando as regras de emprego da vírgula é:

A) Desde o início, nós os instigamos a nos imitar e ansiamos, pelo que talvez seja o elogio mais profundo da vida: o fato de eles escolherem viver de acordo com nosso sistema de valores.

B) O uso generalizado da palavra “reprodução” para essa atividade, com a implicação de que duas pessoas estão quase se trançando juntas, é, na melhor das hipóteses, um eufemismo.

C) A paternidade nos joga, abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade.

D) Tendo previsto a marcha para a frente de nossos genes egoístas, muitos de nós não estamos preparados para filhos que, apresentam necessidades desconhecidas.

E) Devemos amá-los por si mesmos e, não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer.

Comentário

A) *Desde o início, nós os instigamos a nos imitar e ansiamos, pelo que talvez seja o elogio mais profundo da vida: o fato de eles escolherem viver de acordo com nosso sistema de valores.*

INCORRETA. A vírgula usada após “ansiamos” está separando o verbo de seu complemento, o que é proibido.

B) *O uso generalizado da palavra “reprodução” para essa atividade, com a implicação de que duas pessoas estão quase se trançando juntas, é, na melhor das hipóteses, um eufemismo.*

CORRETA. As duas primeiras vírgulas estão separando o adjunto adverbial longo deslocado (formado por 3 ou mais palavras).

Adjunto adverbial curto: até 2 palavras: a vírgula é facultativa.

Adjunto adverbial longo: 3 ou + palavras: a vírgula é obrigatória.

As duas últimas vírgulas também estão separando adjunto adverbial longo.

C) *A paternidade nos joga, abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade.*

INCORRETA. A vírgula não pode separar o verbo do seu complemento.

D) *Tendo previsto a marcha para a frente de nossos genes egoístas, muitos de nós não estamos preparados para filhos que, apresentam necessidades desconhecidas.*

INCORRETA. O pronome relativo “que” está exercendo a função de sujeito, eis que retoma “filhos”. E a vírgula, em nenhuma hipótese, pode separar o sujeito do verbo.

E) *Devemos amá-los por si mesmos e, não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer.*

INCORRETA. A vírgula deveria ser usada antes da conjunção “e”, igual no texto.

Quando podemos usar a vírgula antes da conjunção “e”:

1) Quando conecta sujeitos diferentes.

Ex: Maria estuda, e João trabalha.

2) Quando o “e” é repetido no início de orações em uma sequência:

Ex: E eles riem, e eles cantam, e eles dançam.

3) Quando o “e” tem sentido adversativo.

Ex: O soldado estava ferido, e continuou lutando.

GABARITO B

7 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere os dois trechos a seguir.

“**Mas** o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto.”

“**Embora** muitos de nós sintam orgulho por ser diferentes dos pais, ficamos infinitamente tristes ao ver como nossos filhos são diferentes de nós.”

As expressões destacadas estabelecem, respectivamente, os sentidos de:

- A) adversidade e concessão.
- B) proporção e concessão.
- C) adversidade e comparação.
- D) causa e adversidade.
- E) proporção e condição.

Comentário

“**mas**”, no contexto, é uma conjunção **adversativa**, ou seja, exprime ideia de oposição, contraste. Ex: mas, porém, contudo, todavia, no entanto.

“**embora**”, no contexto, exprime ideia de **concessão**, quebra de expectativa. As conjunções concessivas indicam uma oração em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la. Ex: embora, conquanto, posto que, se bem que, apesar de que.

GABARITO A

8 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas nos trechos a seguir.

“Nas fantasias subscientes ____ tornam a concepção tão sedutora...”

“... um eufemismo para confortar os futuros pais antes que se metam em uma situação ____ não podem escapar.”

- A) às quais, de que
- B) que, em que
- C) as quais, que
- D) que, de que
- E) às quais, da qual

Comentário

1ª Lacuna – deve ser utilizado o pronome relativo “que” ou “as quais”. Esses pronomes retomam o termo imediatamente anterior “fantasias subscientes”. Assim, ficaríamos entre as alternativas “b”, “c” ou “d”.

2ª Lacuna – deve ser utilizado “de que” ou “da qual”. Quem não pode escapar, não pode escapar de alguma coisa. Perceba, que foi exigida a preposição “de” + o pronome relativo “que” ou “a qual” para retomar o termo “situação”.

GABARITO D

9 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 09 a 11.

A crise da saúde mental no Brasil.

Conforme aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o primeiro no ranking internacional de países com o maior número de pessoas com transtorno de ansiedade. O país é também o quarto com maior número de pessoas com depressão. E qual é o motivo desse alto número de pessoas com transtornos mentais? Os altos índices de violência são um motivo – de acordo com o Atlas da Violência 2018, o Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior que a da Europa. Além disso, uma grande causa de sofrimento psíquico é a instabilidade financeira. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,5% no trimestre de fevereiro a abril, o que corresponde a mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Até mesmo o estilo de vida nas cidades, que é muito urbanizado – barulho demais, poluição demais, horas intermináveis no trânsito – tudo isso somado aumenta o risco de problemas de saúde mental.

Se a sociedade brasileira não começar a lidar seriamente com os problemas de saúde mental, vamos enxergar cada vez mais uma piora nos índices de transtornos e em tudo que a saúde mental acarreta: pioras na saúde física, aumento dos índices de suicídio, menor produtividade da força de trabalho.

(Michael Kapps. Folha de S.Paulo, 30 de agosto de 2019. Adaptado)

A partir da leitura do texto, é possível concluir que

- A) os transtornos mentais são características intrínsecas dos brasileiros, em razão da nossa estrutura social.
- B) a população brasileira apresenta altos índices de ansiedade, mas esta não é tão grave quanto a depressão.
- C) a solução para os problemas dos transtornos mentais seria o êxodo urbano, levando a população a morar em áreas mais tranquilas.
- D) o desemprego e a instabilidade financeira são responsáveis por 12,5% dos casos de transtornos mentais entre os brasileiros.
- E) os transtornos mentais são problemas de ordem multifatorial, influenciados por fatores sociais.

Comentário

A) os transtornos mentais são características intrínsecas dos brasileiros, em razão da nossa estrutura social.

INCORRETA. O texto não diz isso. Na verdade, aponta que os altos índices de violência, a instabilidade financeira, o estilo de vida nas cidades como motivos para o alto número de pessoas com transtornos mentais. Veja a seguinte passagem do texto:

(...) "E qual é o motivo desse alto número de pessoas com transtornos mentais? Os altos índices de violência são um motivo (...). Além disso, uma grande causa de sofrimento psíquico é a instabilidade financeira(...). Até mesmo o estilo de vida nas cidades, que é muito urbanizado (...) tudo isso somado aumenta o risco de problemas de saúde mental."

B) a população brasileira apresenta altos índices de ansiedade, mas esta não é tão grave quanto a depressão.

INCORRETA. Tanto a ansiedade quanto a depressão são problemas graves. O Texto trata os dois problemas, chamados de "transtornos mentais", da mesma forma.

C) a solução para os problemas dos transtornos mentais seria o êxodo urbano, levando a população a morar em áreas mais tranquilas.

INCORRETA. Não é possível ter essa conclusão a partir da leitura do texto. Na verdade, o texto informa que um dos problemas que causam esses transtornos mentais seria o estilo de vida nas cidades, mas concluir que a solução dos problemas de transtornos mentais seria o êxodo urbano está errado.

D) o desemprego e a instabilidade financeira são responsáveis por 12,5% dos casos de transtornos mentais entre os brasileiros.

INCORRETA. Essa porcentagem se à taxa de desemprego no Brasil no trimestre de fevereiro a abril e não ao número de transtornos mentais:

(...) Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,5% no trimestre de fevereiro a abril, o que corresponde a mais de 13 milhões de pessoas desempregadas.

E) os transtornos mentais são problemas de ordem multifatorial, influenciados por fatores sociais.

CORRETA. De acordo com o texto, há vários fatores que causam transtornos mentais: a violência, a instabilidade financeira, o estilo de vida nas cidades, ou seja, são problemas de ordem multifatorial, influenciados por fatores sociais.

GABARITO E

10 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) A frase em que a concordância se dá em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- A) Com uma alta taxa de homicídios no país, aumenta-se os índices de depressão na população.
- B) Nas últimas décadas, houve um aumento de pessoas que sofrem com transtornos mentais.
- C) É necessário medidas que atenuem os problemas sociais ligados aos transtornos mentais.
- D) A ansiedade está entre os vários transtornos mentais que pode ser decorrente de um estilo de vida urbanizado.
- E) Surge, com o aumento das taxas de desemprego e de violência, problemas na saúde da população.

Comentário

A) Com uma alta taxa de homicídios no país, ~~aumenta-se~~ os índices de depressão na população.

INCORRETA. Concordância da partícula “se”.

1º) Quando for partícula apassivadora: o verbo (transitivo direto) concordará com o sujeito passivo.

Ex: Vende-se moto/Vendem-se motos = motos são vendidas (o verbo vai para o plural).

2º) Quando for índice de indeterminação do sujeito: o verbo (transitivo indireto) ficará, obrigatoriamente, no singular.

Ex: Precisa-se de secretárias (caso da nossa alternativa).

No caso da nossa alternativa, estamos diante do “se” como partícula apassivadora, já que estamos diante de um verbo transitivo direto (quem aumenta, aumenta alguma coisa). Logo, o verbo aumentar deve se flexionar para o plural para concordar com “os índices de depressão”.

O correto seria: Com uma alta taxa de homicídios no país, umentam-se os índices de depressão na população.

B) Nas últimas décadas, houve um aumento de pessoas que sofrem com transtornos mentais.

CORRETA. O verbo haver no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve ficar na terceira pessoa do singular. E o verbo “sofrer” foi empregado no plural para concordar com “pessoas”.

C) ~~É necessário~~ medidas que atenuem os problemas sociais ligados aos transtornos mentais.

INCORRETA. As expressões “é necessário, é proibido, é bom” ficam invariável apenas se o substantivo a que se referem não estiver determinado por um artigo, pronome, adjetivo.

Ex: É necessário sua presença/É necessária a sua presença.

Ex: Leitura é necessário/ A leitura é necessária.

No caso, o sujeito “medidas” está determinado pelo pronome “que”, de forma que deveria variar para o plural.

O correto seria: São necessárias medidas que atenuem os problemas sociais ligados aos transtornos mentais.

D) A ansiedade está entre os vários transtornos mentais que ~~pode ser decorrente~~ de um estilo de vida urbanizado.

INCORRETA. O pronome relativo “que” retoma o termo imediatamente anterior “os vários transtornos mentais”. Assim, o verbo “poder” deveria estar no plural.

O correto seria: A ansiedade está entre os vários transtornos mentais que podem ser decorrentes de um estilo de vida urbanizado.

E) Surge, com o aumento das taxas de desemprego e de violência, problemas na saúde da população.

INCORRETA. O que é que surge? Problemas na saúde da população. Logo, o verbo “surgir” deveria estar no plural.

O correto seria: Surgem, com o aumento das taxas de desemprego e de violência, problemas na saúde da população.

GABARITO B

11 - **(4º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do trecho a seguir, considerando as regras de emprego da crase.

É importante criar políticas que atendam _____ necessidade da população de acesso _____ formas de vida favoráveis _____ saúde mental.

A) à ... a ... a

B) a ... à ... a

C) à ... a ... à

D) à ... à ... à

E) a ... à ... à

Comentário

O verbo atender possui dupla regência: pode ser transitivo direto (sem preposição) ou transitivo indireto (com preposição).

Ex: O menino não atendeu as ordens da mãe.

Ex: O menino não atendeu às ordens da mãe.

Contudo, embora haja essa dupla regência, há uma preferência para o uso de uma regência sem preposição quando é feita uma referência a uma pessoa ou a alguém; e o uso de uma regência com preposição quando é feita uma referência a alguma coisa.

Ex: Atender o cidadão (sem preposição, pois fez referência a alguém).

Ex: Atender à solicitação (com preposição, pois fez referência a alguma coisa).

1ª Lacuna: à com crase. Pois o verbo atender fez referência a alguma coisa. Nesse caso, ele rege a preposição “à” + “a” da palavra feminina “necessidade” = crase.

2ª Lacuna: a sem crase. Regrinha aplicada: “a” no singular seguida de palavra no plural, crase nem a pau.

3ª Lacuna: à com crase. Quem é favorável, é favorável a algo, a alguma coisa. O verbo exigiu a preposição “a” + “a” da palavra feminina “saúde” = crase.

GABARITO C

12 - (4º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Observe:

Acostumados _____ tragédias naturais, os japoneses geralmente se reerguem em tempo recorde depois de catástrofes.

Menos de um ano depois da catástrofe, no entanto, o Japão já voltava _____ viver a sua rotina.

Um tsunami chegou _____ costa nordeste do Japão em 2011, deixando milhares de mortos e desaparecidos.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas das frases devem ser preenchidas, respectivamente, com:

A) à ... a ... a

B) as ... a ... à

C) às ... à ... a

D) a ... à ... à

E) às ... a ... à

Comentário

Acostumados a ou às tragédias naturais, os japoneses geralmente se reerguem em tempo recorde depois de catástrofes.

- Sem crase e no singular, pois “a” no singular seguido de palavra no plural, crase nem a pau.
- Com crase e no plural, pois quem está acostumado, está acostumado a algo, a alguma coisa. O verbo acostumar exige a preposição “a” + “a” da palavra feminina “tragédia” = crase.

Menos de um ano depois da catástrofe, no entanto, o Japão já voltava a viver a sua rotina.

- “a” sem crase, pois não ocorre crase antes de verbos. Quem coloca crase antes de verbo, vai para o inferno.

Um tsunami chegou à costa nordeste do Japão em 2011, deixando milhares de mortos e desaparecidos.

- “à” com crase, pois quem chega, chega a algum lugar. O verbo chegar exige a preposição “a” + “a” da palavra feminina “costa” = crase.

GABARITO E

13 - (4º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Quanto à regência, o enunciado que atende à norma - padrão é:

- A) Bartleby preferia não fazer nada do que atender às solicitações do patrão.
- B) Devido o seu desfecho, a obra gera debates e deixa muitas pessoas confusas.
- C) O patrão discordava com a negativa de Bartleby para realizar suas tarefas.
- D) Indo no escritório, o advogado encontrou Bartleby morto por inanição talvez.
- E) Talvez Bartleby sofresse por não se encontrar motivado a realizar tarefas diferentes.

Comentário

A) Bartleby preferia não fazer nada ~~de que~~ atender às solicitações do patrão.

INCORRETA. O verbo preferir rege a preposição “a”. Quem prefere, prefere alguma coisa a outra.

O correto seria: Bartleby preferia não fazer nada a atender às solicitações do patrão.

B) Devido ~~o~~ seu desfecho, a obra gera debates e deixa muitas pessoas confusas.

INCORRETA. A expressão “devido a” é uma locução prepositiva. Quando ligada a um substantivo masculino “desfecho”, deve ser escrito “devido ao” – preposição “a” + artigo “o”.

O correto seria: Devido ao seu desfecho, a obra gera debates e deixa muitas pessoas confusas.

C) O patrão discordava ~~em~~ a negativa de Bartleby para realizar suas tarefas.

INCORRETA. Quem discorda, discorda de alguma coisa. O verbo discordar exige a preposição “de”.

O correto seria: O patrão discordava da negativa de Bartleby para realizar suas tarefas.

D) Indo ~~no~~ escritório, o advogado encontrou Bartleby morto por inanição talvez.

INCORRETA. O verbo ir exige a preposição “a”. Quem vai, vai a algum lugar.

O correto seria: Indo ao escritório, o advogado encontrou Bartleby morto por inanição talvez.

E) Talvez Bartleby sofresse por não se encontrar motivado a realizar tarefas diferentes.

CORRETA. Quem sofre, sofre por alguma coisa. O verbo sofrer exige mesmo a preposição “por”.

GABARITO E

14 - **(4º Simulado Geral. 2019. Vunesp)** Assinale a alternativa em que a regência das palavras está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) A técnica de fabricação é muito favorável com o meio ambiente exigindo muito menos água do que o cultivo de algodão.

B) Atividades diárias, como lavar roupas, contribuem significativamente para a poluição que asfixia nossos oceanos.

C) Os resíduos produzidos se caracterizam pela sua elevada toxicidade, implicando pela elevação dos riscos associados à sua destinação final.

D) As preocupações em obedecer das exigências legais da qualidade do efluente ou resíduo industrial produzido foram superadas por novas metas de qualidade.

E) As empresas precisam ser responsáveis com o ciclo de vida completo de seus produtos, incluindo a coleta e a reutilização.

Comentário

A) A técnica de fabricação é muito favorável ~~com~~ o meio ambiente exigindo muito menos água do que o cultivo de algodão.

INCORRETA. Quem é muito favorável, é muito favorável a algo, a alguma coisa. Exigiu a preposição “a”.

O correto seria: A técnica de fabricação é muito favorável ao meio ambiente exigindo muito menos água do que o cultivo de algodão.

B) Atividades diárias, como lavar roupas, contribuem significativamente para a poluição que asfixia nossos oceanos.

CORRETA. Quem contribui significativamente, contribui significativamente para algo, para alguma coisa. O verbo “contribuir” exigiu a preposição “para”, a qual foi utilizada corretamente.

C) Os resíduos produzidos se caracterizam pela sua elevada toxicidade, implicando ~~pela~~ elevação dos riscos associados à sua destinação final.

INCORRETA. Importante esclarecer que o verbo “implicar” apresenta diferentes significados e, conseqüentemente, diferentes regências. Às vezes, requer o uso de preposição; outras, não. Para empregá-lo corretamente, é importante observar o sentido que foi dado a ele na frase.

No caso da alternativa, repare que o verbo “implicar” foi empregado no sentido de causar, ocasionar. Usado com esse sentido, o verbo “implicar” é transitivo direto, ou seja, não exige preposição.

O correto seria: Os resíduos produzidos se caracterizam pela sua elevada toxicidade, implicando a elevação dos riscos associados à sua destinação final.

D) As preocupações em obedecer ~~das~~ exigências legais da qualidade do efluente ou resíduo industrial produzido foram superadas por novas metas de qualidade.

INCORRETA. O verbo obedecer é um verbo transitivo indireto, estabelecendo regência com a presença obrigatória da preposição a: quem obedece, obedece a alguém, a alguma coisa.

O correto seria: As preocupações em obedecer às exigências legais da qualidade do efluente ou resíduo industrial produzido foram superadas por novas metas de qualidade.

E) As empresas precisam ser responsáveis com o ciclo de vida completo de seus produtos, incluindo a coleta e a reutilização.

INCORRETA. Quem precisa ser responsável, precisa ser responsável por alguma coisa. Exigiu a preposição “por” e não “com”.

O correto seria: As empresas precisam ser responsáveis pelo o ciclo de vida completo de seus produtos, incluindo a coleta e a reutilização.

GABARITO B

15 - **(4º Simulado Geral. 2019. Vunesp)** Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão quanto às regras de regência e à ocorrência da crase.

A) Telejornais apresentam à população um resumo dos eventos que lhe despertaram interesse nas redes sociais.

B) Indivíduos são chamados à tirar suas conclusões sobre fatos que os são apresentados diariamente.

C) Cada vez mais têm chegado à mim frases das quais me fazem refletir sobre os valores da sociedade atual.

D) É inegável que às redes sociais influenciam o modo como interagimos com o mundo e o damos sentido.

E) Tem sido comum pessoas compartilharem informações de maneira instantânea, sem analisá-lhes à fundo.

Comentário

A) Telejornais apresentam à população um resumo dos eventos que lhe despertaram interesse nas redes sociais.

CORRETA. Quem apresenta, apresenta alguma coisa (um resumo dos eventos) a alguém (a população). O verbo apresentar foi empregado como transitivo direto e indireto. Quanto ao objeto indireto, o verbo apresentar exigiu a preposição “a” + “a” da palavra feminina “população” = crase.

B) Indivíduos são chamados à tirar suas conclusões sobre fatos que ~~os~~ são apresentados diariamente.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de verbos. Quem coloca crase antes de verbo, vai parar no inferno!

Quem apresenta, apresenta alguma coisa (fatos) a alguém (indivíduos). No lugar de “os” deveria ter sido utilizado “lhes”, já que se trata de objeto indireto.

O correto seria: Indivíduos são chamados a tirar suas conclusões sobre fatos que lhes são apresentados diariamente.

C) Cada vez mais têm chegado à mim frases ~~das~~ quais me fazem refletir sobre os valores da sociedade atual.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de pronome oblíquo “mim”, já que este não aceita artigo feminino “a” ou “as”.

O uso da preposição “de” em “das quais” também está errado. Deveria ter sido utilizado “as quais”, já que retoma o termo imediatamente anterior “frases”, que é o sujeito da oração, o qual nunca pode vir preposicionado.

O correto seria: Cada vez mais têm chegado a mim frases as quais me fazem refletir sobre os valores da sociedade atual.

D) É inegável que às redes sociais influenciam o modo como interagimos com o mundo e o damos sentido.

INCORRETA. É inegável que algo, que alguma coisa. Não foi exigida a preposição “a”, ou seja, a crase foi empregada incorretamente.

Quem dá sentido, dá sentido a algo, a alguma coisa. O verbo dar é transitivo direto e indireto. O objeto direto já está na frase (“sentido”). Então, para substituir o objeto indireto deve ser utilizado o pronome oblíquo “lhe” e não o “o”.

DICA: para substituir objeto direto usamos o, os, a, as e suas variantes (lo, los, la, las, no, nos, na, nas). Por outro lado, para substituir objeto indireto, usamos lhe ou lhes.

O correto seria: É inegável que as redes sociais influenciam o modo como interagimos com o mundo e lhe damos sentido.

E) Tem sido comum pessoas compartilharem informações de maneira instantânea, sem analisar-lhes à fundo.

INCORRETA. Quem analisa, analisa alguma coisa, algo. O verbo analisar é transitivo direto, ou seja, não exige preposição, devendo ser substituído por “las”. Só se usa lhe ou lhes para objetos indiretos, o que não é o caso.

Além disso, não ocorre crase antes de palavra masculina “fundo”.

O correto seria: Tem sido comum pessoas compartilharem informações de maneira instantânea, sem analisá-las à fundo.

GABARITO A

16 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência.

A) A página cujo conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela a que Bolin se refere como responsável por desconectar quem navega pela internet.

B) A página que o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela que Bolin se refere como responsável por desconectar quem navega pela internet.

C) A página cujo o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela a qual Bolin se refere como responsável de desconectar quem navega pela internet.

D) A página de que o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela aonde Bolin se refere como responsável em desconectar quem navega pela internet.

E) A página de cujo conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela em que Bolin se refere como responsável em desconectar quem navega pela internet.

Comentário

A) A página cujo conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela a que Bolin se refere como responsável por desconectar quem navega pela internet.

CORRETA. O pronome relativo “cujo” foi empregado corretamente no sentido de posse (o conteúdo é da página).

Além disso, quem se refere, se refere a algo. O verbo “referir” exige a preposição “a”, a qual deve ser colocada antes do pronome relativo “que”.

B) A página que o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela que Bolin se refere como responsável por desconectar quem navega pela internet.

INCORRETA. Faltou a preposição “a” exigida pelo verbo “referir” antes do pronome relativo “que”.

C) A página cujo o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela a qual Bolin se refere como responsável de desconectar quem navega pela internet.

INCORRETA. É errado usar artigos definidos depois do pronome “cujo”. Além disso, deveria ter sido utilizada o acento agudo indicativo de crase no “a” antes de “qual”, eis que o verbo referir exige a preposição “a” + “a” do “a qual”.

DICA: a qual + refere-se a = à qual.

D) A página ~~de~~ que o conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela ~~aonde~~ Bolin se refere como responsável em desconectar quem navega pela internet.

INCORRETA. Não há qualquer verbo que exija a colocação da preposição “de” antes do pronome relativo “que”. Ademais, o pronome relativo “aonde” só é utilizado quando houver ideia de localidade que indica movimento.

E) A página ~~de~~ cujo conteúdo offline obrigaria os criadores a pensar de forma diferente é aquela ~~em~~ que Bolin se refere como responsável em desconectar quem navega pela internet.

INCORRETA. Não há qualquer verbo que exija a colocação da preposição “de” antes de cujos. E o verbo referir não rege a preposição “em”.

OBS: O pronome relativo “cujo” deve aparecer antecedido de preposição sempre que a regência dos termos posteriores exigir.

Ex: Aquela é a família de cuja casa todos gostam (quem gosta, gosta de alguma coisa).

Ex: Esta é a professora com cujas lições não concordamos (quem não concorda, não concorda com alguma coisa).

GABARITO A

17 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Querido Martins, a portadora é Tereza Batista, _____ com amizade. _____ de arruaceira, atrevida e obstinada, de não respeitar autoridade e de se meter _____ não é chamada. Mas tendo com ela convivido longo tempo, praticamente juntos dia e noite de março _____ novembro neste ano de 72, sei de suas boas qualidades.

(Trecho de carta de Jorge Amado, que consta na orelha da capa de seu romance Tereza Batista cansada de guerra.)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- A) receba-a... Acusam-na ... onde ... a
- B) receba-lhe ... Acusam ela de ... onde ... à
- C) receba-a ... Acusam-na ... aonde ... à
- D) a receba ... Acusam-lhe ... aonde ... a
- E) receba ela ... Lhe acusam ... onde ... à

Comentário

1º Lacuna: **receba-a**. Quem recebe, recebe alguém, alguma coisa. O verbo receber é transitivo direto, cujo complemento é um objeto direto que não exige preposição. Sendo objeto direto, devemos usar o, a, os, as e suas variações lo, la, los, las, no, na, nos, nas.

Verbos terminados em R, S, Z: corta o R, S e Z e adiciona lo, la, los ou las.

Verbos terminados em som nasal m, ão, õe: acrescenta-se no, na, nos, nas.

Verbos terminados em vogal ou ditongo oral: insere-se o pronome sem alteração.

No caso, “receba” termina em vogal “a”, bastando inserir o pronome “a”, ficando “receba-a”.

2º Lacuna: **acusam-na**. Primeiro, porque não podemos iniciar frase com pronome oblíquo átono. E segundo porque estamos diante de um objeto direto com verbo terminado em som nasal “m”.

Quem acusa, acusa alguém de alguma coisa. O verbo acusar é transitivo direto e indireto. O objeto indireto já está na frase (“de arruaceira, atrevida e obstinada, de não respeitar autoridade e de se meter...”). Para substituir o objeto direto, devemos usar “na”, pois o verbo “acusam” terminou em “m”.

3º Lacuna: **onde**. O pronome relativo “onde” é usado quando indicar lugar fixo e quando o verbo exigir a preposição “em”.

Por sua vez, o pronome relativo “aonde” é usado para indicar lugar em movimento e quando o verbo exigir a preposição “a”.

No caso, quem se mete, se mete em algum lugar, em alguma coisa. O verbo exigiu a preposição “em”, então deve ser utilizado o pronome “onde”.

4º Lacuna: **a sem crase**. Apareceu a preposição “de”, crase para quê?

“de março a novembro” – não tem crase, pois não existe artigo, mas apenas preposição antes de novembro.

GABARITO A

18 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Considere a frase a seguir.

Como as crianças são naturalmente agitadas, cabe aos adultos **impor às crianças** limites que **garantam às crianças** um desenvolvimento saudável.

Para eliminar as repetições da frase, as expressões destacadas devem ser substituídas, em conformidade com a norma-padrão da língua, respectivamente, por

- A) impor-nas ... lhes garantam
- B) impor-lhes ... as garantam
- C) impô-las ... lhes garantam
- D) impô-las ... as garantam
- E) impor-lhes ... lhes garantam

Comentário

Quem impõe, impõe alguma coisa (“limites”) a alguém (“às crianças”). Assim, para substituir o objeto indireto “às crianças”, devemos utilizar ou “lhes”.

O correto seria: impor-lhes.

Quem garante, garante alguma coisa (um desenvolvimento sustentável) a alguém (às crianças). Assim, para substituir o objeto indireto “às crianças” devemos usar “lhes”.

O correto seria: lhes garantam, tendo em vista a presença do pronome relativo “que”, que é fator de próclise (pronome antes do verbo).

LEMBRE-SE:

- Objeto indireto: lhe ou lhes.
- Objeto direto: o, a, os, as e suas variações lo, la, los, las, no, na, nos, nas.

GABARITO E

19 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Assinale a alternativa que substitui o trecho destacado em conformidade com a norma-padrão de regência e crase.

- A) o marido, fascinado, **viu toda a cena** – assistiu à cena toda.
- B) já transpusera o gramado, **atingia a piscina** – chegava perto à piscina.
- C) a carinha de uma criança, olhos grandes e atentos, **espiando o jardim** – espreitando à todo o jardim.
- D) Pena que a favela [...] **comprometesse tanto a paisagem** – afetasse tanto à qualquer paisagem.
- E) e agora **colhia água com a lata** – enchia à lata com água.

Comentário

A) o marido, fascinado, **viu toda a cena** – assistiu à cena toda.

CORRETA. O verbo assistir empregado no sentido de ver, presenciar, estar presente, observar, é transitivo indireto, regendo a preposição “a”.

Ex: Vamos assistir aos jogos de futebol.

Ex: Assistimos a uma palestra na faculdade.

OBS: Quando o verbo assistir for empregado no sentido de ajudar, prestar assistência, ele é transitivo direto.

Ex: Assistiu o doente que estava necessitado.

Ex: O vice-diretor assiste o diretor no exercício das suas funções.

B) já transpusera o gramado, atingia a piscina – chegava perto à piscina.

INCORRETA. Quem chega perto, chega perto de alguma coisa.

O correto seria: chegava perto da piscina.

C) a carinha de uma criança, olhos grandes e atentos, espiando o jardim – espreitando à todo o jardim.

INCORRETA. Não se usa crase antes de pronomes indefinidos “todos, todo, alguns, outros, uns, umas, qualquer, quaisquer etc.

D) Pena que a favela [...] comprometesse tanto a paisagem – afetasse tanto à qualquer paisagem.

INCORRETA. Não se usa crase antes de pronome indefinido.

E) e agora colhia água com a lata – enchia à lata com água.

INCORRETA. O verbo encher não exige a preposição “a”, ou seja, não ocorre crase, pois o que temos ali é somente o artigo.

Quem enche, enche alguma coisa, algo.

GABARITO A

20 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Leia os quadrinhos, em que há um diálogo entre Lucy, a menina, e Linus, o garoto, para responder à questão.



(Charlez M. Schulz. Você não entende o sentido da vida. Porto Alegre: L&PM, 2017)

No texto do último quadrinho – A vida se torna mais agradável quando a gente tem o que esperar do futuro... – a palavra em destaque estabelece sentido de

- A) conclusão.
- B) dúvida.
- C) condição.
- D) comparação.
- E) oposição.

Comentário

Como conjunção subordinativa, a depender do contexto, a palavra “quando” pode ser temporal, proporcional, condicionou e até mesmo concessiva.

No caso da nossa questão, a conjunção “quando” foi empregado no seu sentido condicional.

Perceba que ele pode ser substituído “se” sem alteração do sentido:

A vida se torna mais agradável se a gente tem o que esperar do futuro...

GABARITO C

21 - (14ª Rodada Objetiva Semanal. 2014. Vunesp) Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) No futuro, um breve acesso a nossas lentes digitais permitirão obter as informações que buscamos.
- B) Em um piscar de olhos, haverá diversos dados sobre aquela pessoa que julgamos conhecer de algum lugar.
- C) Uma consulta ao acervo digital fornecerá informações precisas sobre eventos que poderiam ter ficado esquecido facilmente.
- D) Nossas ações poderão ser constantemente filmadas por câmeras distribuídas pelos lugares que frequentamos.
- E) Atualmente já são fabricados óculos que dispõem de câmeras minúsculas, capaz de filmar tudo aquilo que olhamos.

Comentário

A) No futuro, um breve acesso a nossas lentes digitais ~~permitirão~~ obter as informações que buscamos.

INCORRETA. Quem é que permitirá? Um breve acesso. Ou seja, o verbo permitir deveria estar no singular.

O correto seria: No futuro, um breve acesso a nossas lentes digitais permitirá obter as informações que buscamos.

B) Em um piscar de olhos, ~~haverão~~ diversos dados sobre aquela pessoa que julgamos conhecer de algum lugar.

INCORRETA. O verbo haver foi empregado no sentido de existir, ou seja, é impessoal, devendo permanecer na terceira pessoa do singular.

O correto seria: Em um piscar de olhos, haverá diversos dados sobre aquela pessoa que julgamos conhecer de algum lugar.

C) Uma consulta ao acervo digital fornecerá informações precisas sobre eventos que poderiam ter ficado ~~esquecido~~ facilmente.

INCORRETA. O pronome relativo “que” retoma o termo imediatamente anterior “eventos”, de forma que “esquecido” deveria estar no plural.

O correto seria: Uma consulta ao acervo digital fornecerá informações precisas sobre eventos que poderiam ter ficado esquecidos facilmente.

D) Nossas ações poderão ser constantemente filmadas por câmeras distribuídas pelos lugares que frequentamos.

CORRETA. “poderão” estão concordando corretamente com “nossas ações”.

E) Atualmente já são fabricados óculos que dispõem de câmeras minúsculas, ~~capaz~~ de filmar tudo aquilo que olhamos.

INCORRETA. O que é capaz de filmar? Câmeras minúsculas. Logo, “capaz” deveria estar no plural.

O correto seria: Atualmente já são fabricados óculos que dispõem de câmeras minúsculas, capazes de filmar tudo aquilo que olhamos.

GABARITO D

22 - **(4º Simulado Geral. 2019. Vunesp)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal.

- A) É necessária muitas habilidades para uma liderança efetiva.
- B) As insubordinações dirigidas a um líder narcisista destrutivo revela a existência de conflitos.
- C) Os efeitos tóxicos do narcisismo exagerado são sentidos pelos liderados.
- D) Autoritarismo e falta de diálogo são comportamento que se associa à vaidade.
- E) Existe momentos em que o amor próprio domina o líder.

Comentário

A) ~~É necessária~~ muitas habilidades para uma liderança efetiva.

INCORRETA. As expressões “é necessário, é proibido, é bom” ficam invariável apenas se o substantivo a que se referem não estiver determinado por um artigo, pronome, adjetivo.

No caso, o substantivo “habilidades” está determinado pelo pronome “muitas”, de forma que “é necessária” deveria estar no plural.

O correto seria: São necessárias muitas habilidades para uma liderança efetiva.

B) As insubordinações dirigidas a um líder narcisista destrutivo ~~revela~~ a existência de conflitos.

INCORRETA. O que revela a existência de conflitos? As insubordinações. Ou seja, o verbo “revelar” deveria estar no plural.

O correto seria: As insubordinações dirigidas a um líder narcisista destrutivo revelam a existência de conflitos.

C) Os efeitos tóxicos do narcisismo exagerado são sentidos pelos liderados.

CORRETA. A frase está de acordo com o padrão da norma culta.

D) Autoritarismo e falta de diálogo são ~~comportamento~~ que se ~~associa~~ à vaidade.

INCORRETA. “comportamento” deveria estar no plural e o verbo “associar” também, para concordar com o sujeito composto.

O correto seria: Autoritarismo e falta de diálogo são comportamentos que se associam à vaidade.

E) ~~Existe~~ momentos em que o amor próprio domina o líder.

INCORRETA. O verbo existir é pessoal e deve concordar com o sujeito. É o verbo haver empregado no sentido de existir que é impessoal.

O correto seria: Existem momentos em que o amor próprio domina o líder.

GABARITO C

23 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Leia as frases.

I. Não sabe-se o porquê de os pneus serem pretos.

II. Pouco se conhece a respeito da origem da cor dos pneus automotivos.

III. Se chegou a conclusões distintas quanto à cor dos pneus.

IV. Em se tratando de cor de pneus, deve-se levar em conta os fracassos de venda.

Quanto à colocação pronominal, estão corretas apenas as frases contidas em

A) I e II.

B) I e III.

C) II e III.

D) II e IV.

E) III e IV.

Comentário

I. Não ~~sabe-se~~ o porquê de os pneus serem pretos.

INCORRETA. O “não” é palavra negativa que atrai o uso do pronome oblíquo átono para antes do verbo, sendo fator de próclise.

O correto seria: Não se sabe o porquê de os pneus serem pretos.

II. Pouco se conhece a respeito da origem da cor dos pneus automotivos.

CORRETA. “pouco” é advérbio que atrai o uso do pronome oblíquo átono para antes do verbo, sendo fator de próclise.

III. ~~Se chegou~~ a conclusões distintas quanto à cor dos pneus.

INCORRETA. É proibido iniciar uma frase ou um período com pronome oblíquo átono.

O correto seria: Chegou-se a conclusões distintas quanto à cor dos pneus.

IV. Em se tratando de cor de pneus, deve-se levar em conta os fracassos de venda.

CORRETA. É correto o uso da próclise (pronome antes do verbo) nos casos de preposição em + verbo no gerúndio.

Ex: Em se tratando de ser feliz, sou péssima no assunto.

Ex: Em se considerando essa possibilidade, não vou mais com vocês ao teatro.

Portanto, apenas os itens II e IV estão corretos.

GABARITO D

24 - (4º Simulado Geral. 2019. Vunesp) A frase em que a colocação pronominal atende à norma-padrão da Língua Portuguesa é:

- A) O ensino público é o que mais ressent-se de uma educação de qualidade.
- B) Nos chama a atenção o papel da tecnologia no processo educacional.
- C) Nada se compara a uma boa formação escolar.
- D) Crianças e jovens precisam de quem oriente-os.
- E) O estudante se sentiria melhor em uma escola revitalizada e com professores motivados.

Comentário

A) O ensino público é o que mais ~~ressente-se~~ de uma educação de qualidade.

INCORRETA. O advérbio “mais” atrai o uso do pronome para antes do verbo.

O correto seria: O ensino público é o que mais se ressent de uma educação de qualidade.

B) ~~Nos chama~~ a atenção o papel da tecnologia no processo educacional.

INCORRETA. Não se pode iniciar uma frase ou período com pronome oblíquo átono.

O correto seria: Chama-nos a atenção o papel da tecnologia no processo educacional.

C) Nada se compara a uma boa formação escolar.

CORRETA. O advérbio “nada” atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

D) Crianças e jovens precisam de quem ~~oriente-os~~.

INCORRETA. O pronome indefinido “quem” atrai o uso do pronome para antes do verbo (próclise).

O correto seria: Crianças e jovens precisam de quem os oriente.

E) O estudante ~~se sentiria~~ melhor em uma escola revitalizada e com professores motivados.

INCORRETA. O verbo “sentir” está no futuro do pretérito do indicativo, de forma que deveria ter sido utilizada a mesóclise (pronome no meio do verbo).

O correto seria: O estudante sentir-se-ia melhor em uma escola revitalizada e com professores motivados.

GABARITO C

DIREITO PENAL

25 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito dos crimes previstos nos artigos 293 a 305 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de falsificar cartão de débito configura o crime de falsificação de documento público.
- b) A pena prevista para o crime de falso reconhecimento de firma ou letra não faz diferença entre documento público ou particular.
- c) O crime denominado de “Certidão ou atestado ideologicamente falso” é próprio, de forma que só pode ser praticado por quem exerça função pública.
- d) A falsificação de ações de sociedade comercial caracteriza o crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP).
- e) O crime de reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica se consuma ainda que a reprodução ou alteração estiver visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça.

Comentário

a) A conduta de falsificar cartão de débito configura o crime de falsificação de documento público.

INCORRETA. Conforme dispõe o parágrafo único do art. 298 do CP, o cartão de crédito ou débito equipara-se a documento particular, de forma que configura o crime de falsificação de documento particular e não público como constou nessa alternativa.

Falsificação de documento particular

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, **equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.** (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012) Vigência

b) A pena prevista para o crime de falso reconhecimento de firma ou letra não faz diferença entre documento público ou particular.

INCORRETA. Tem diferença sim: a pena é mais grave se a firma ou letra se tratar de documento público. Veja:

Falso reconhecimento de firma ou letra

Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

Pena - **reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.**

c) O crime denominado de “Certidão ou atestado ideologicamente falso” é próprio, de forma que só pode ser praticado por quem exerça função pública.

CORRETA. De fato, o crime de Certidão ou atestado ideologicamente falso é considerado próprio, eis que somente poderá ser praticado por quem exerça função pública.

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, **em razão de função pública**, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Situação diversa ocorre com o crime previsto no § 1º, denominado de “Falsidade material de atestado ou certidão”, já que este pode ser praticado por qualquer pessoa, tratando-se de crime comum:

Falsidade material de atestado ou certidão

§ 1º - Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

§ 2º - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

d) A falsificação de ações de sociedade comercial caracteriza o crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP).

INCORRETA. As ações de sociedade comercial, por força do § 2º do art. 297, são equiparadas, para fins penais, a documentos públicos. Assim, tal conduta configura o crime de falsificação de documento público e não de particular como constou na alternativa.

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

(...)

§ 2º - **Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público** o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, **as ações de sociedade comercial**, os livros mercantis e o testamento particular.

e) O crime de reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica se consuma ainda que a reprodução ou alteração estiver visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça.

INCORRETA. O próprio art. 303 do CP exclui o crime quando a reprodução ou a alteração estiver anotada na face ou no verso do objeto:

Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica

Art. 303 - Reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, **salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça:**

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre quem, para fins de comércio, faz uso do selo ou peça filatélica.

GABARITO C

26- **(4º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** A respeito dos crimes previstos nos artigos 307, 308 e 311-A, do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) O crime de Falsa identidade é próprio de funcionário público.
- b) A conduta de ceder título de eleitor a outrem, para que dele se utilize, é penalmente atípica.
- c) O crime de Fraudes em certames de interesse público se consuma mesmo que o conteúdo divulgado não seja sigiloso.
- d) O crime de Fraudes em certames de interesse público não prevê figura qualificada.
- e) O crime de fraudes em certames de interesse público prevê causa de aumento de pena, caso o fato seja cometido por funcionário público.

Comentário

a) O crime de Falsa identidade é próprio de funcionário público.

INCORRETA. Pois o crime de Falsa identidade, previsto no art. 307 do CP, é considerado comum, ou seja, qualquer pessoa pode praticar esse crime.

b) A conduta de ceder título de eleitor a outrem, para que dele se utilize, é penalmente atípica.

INCORRETA. É crime sim, previsto no art. 308 do Código Penal.

Art. 308 - Usar, como próprio, passaporte, **título de eleitor**, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia **ou ceder a outrem, para que dele se utilize**, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

Pena - detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

c) O crime de Fraudes em certames de interesse público se consuma ~~mesmo que o conteúdo divulgado não seja sigiloso.~~

INCORRETA. Pois tal crime somente se consuma se o conteúdo divulgado ou utilizado for sigiloso:

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, **conteúdo sigiloso** de: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

I - concurso público;

II - avaliação ou exame públicos;

III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

d) O crime de fraude em certames de interesse público não prevê figura qualificada.

INCORRETA. Pois se da ação ou omissão resultar dano à administração pública, o crime será qualificado, com pena de 2 a 6 anos de reclusão, e multa:

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

(...)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

O que é crime qualificado? É quando a lei prevê circunstâncias que aumentam o desvalor da conduta, aumentando a pena mínima ou a máxima prevista no “caput”.

O exemplo deixa tudo mais claro

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

pena prevista no "caput"

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

qualificadora

Perceba que a pena prevista no artigo era menor do que aquela prevista no parágrafo único:

No artigo: detenção, de 1 a 3 meses ou multa.

No parágrafo único: detenção, de 3 meses a 1 ano e multa.

Portanto, é uma figura qualificada.

e) O crime de fraudes em certames de interesse público prevê causa de aumento de pena, caso o fato seja cometido por funcionário público.

CORRETA. De fato, caso o crime seja cometido por funcionário público, a pena é aumentada de 1/3:

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

(...)

§ 3º **Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.**

GABARITO E

27 - **(4º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** No tocante aos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de corrupção passiva prevê a figura privilegiada, que se dá quando o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- b) Nenhum crime praticado por funcionário público contra a administração pública admite a modalidade culposa.
- c) A conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de condescendência criminosa.
- d) O crime de concussão somente se consuma se o agente receber o que exigiu.
- e) No peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Comentário

a) O crime de corrupção passiva prevê a figura privilegiada, que se dá quando o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

CORRETA. Crime privilegiado ocorre quando a pena mínima ou a máxima prevista no “caput” do artigo é diminuída.

O exemplo deixa tudo mais claro:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Pena do caput

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Crime privilegiado

b) Nenhum crime praticado por funcionário público contra a administração pública admite a modalidade culposa.

INCORRETA. Há um crime sim que admite a modalidade culposa: o Peculato:

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

(...)

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre **culposamente** para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

c) A conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de ~~condescendência criminosa~~.

INCORRETA. Tal conduta configura o crime de Prevaricação, previsto no art. 319:

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

d) O crime de concussão somente se consuma se o agente receber o que exigiu.

INCORRETA. O crime de concussão é formal, ou seja, se consuma quando a conduta, representado pelo verbo exigir, é praticada. Ou seja, o crime se consuma quando é feita a exigência, independentemente de a vítima aceitar ou não a exigência.

e) No peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

INCORRETA. A reparação do dano só foi prevista para o peculato CULPOSO. No doloso, não se aplica.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

GABARITO A

28 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere aos crimes praticados por particulares contra a administração em geral (arts. 328 a 337 do CP), assinale a alternativa correta:

- a) Para se configurar, o crime de resistência exige que, em razão da resistência, o ato não se execute.
- b) O crime de desobediência se configura ainda que a ordem do funcionário público desobedecida seja ilegal.
- c) No crime de corrupção ativa, a pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) No crime de tráfico de influência, a pena é aplicada em dobro, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.
- e) Há previsão de modalidade culposa.

Comentário

a) Para se configurar, o crime de resistência exige que, em razão da resistência, o ato não se execute.

INCORRETA. O crime de resistência não exige que o ato não se execute. Na verdade, isso é uma hipótese qualificada do crime:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - **Se o ato, em razão da resistência, não se executa:**

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

b) O crime de desobediência se configura ainda que a ordem do funcionário público desobedecida seja ilegal.

INCORRETA. Pois a ordem tem que ser legal:

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem **legal** de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

c) No crime de corrupção ativa, a pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

CORRETA.

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - **A pena é aumentada de um terço**, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

d) No crime de tráfico de influência, a pena é aplicada em dobro, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

INCORRETA. Nessa situação, a pena é aumentada da metade:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - **A pena é aumentada da metade**, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

DICA: NO CAPÍTULO DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO GERAL, TEMOS APENAS 2 CRIMES QUE POSSUEM CAUSAS DE AUMENTO DE PENA:

Tráfico de Influência (art. 332)	1/2: se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.
Corrupção ativa (art. 333)	1/3: se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

e) Há previsão de modalidade culposa.

INCORRETA. No capítulo dos crimes PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO GERAL não há a previsão de modalidade culposa. Todos exigem a conduta dolosa.

GABARITO C

29 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito dos crimes contra a administração da justiça (arts. 339 a 347 do CP), assinale a alternativa correta.

- A) No crime de auto-acusação falsa, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- B) No crime de exercício arbitrário das próprias razões, se não há o emprego de violência, somente se procede mediante queixa.
- C) No crime de fraude processual, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, desde que iniciado, as penas aplicam-se em dobro.
- D) No crime de denúncia caluniosa, a pena é diminuída da metade, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.
- E) Não há previsão de causa de aumento de pena no crime de falso testemunho ou falsa perícia.

Comentário

A) No crime de auto-acusação falsa, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

INCORRETA. Na verdade, é no crime de falso testemunho ou falsa perícia:

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

(...)

§ 2o O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

B) No crime de exercício arbitrário das próprias razões, se não há o emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

CORRETA.

Exercício arbitrário das próprias razões

Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - **Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.**

C) No crime de fraude processual, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, desde que iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

INCORRETA. Incide a causa de aumento de pena ainda que o processo penal não tenha iniciado:

Fraude processual

Art. 347 - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, **ainda que não iniciado**, as penas aplicam-se em dobro.

D) No crime de denúncia caluniosa, a pena é diminuída da metade, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

INCORRETA. No caso narrado, na verdade, a pena é AUMENTADA DA SEXTA PARTE:

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de

ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - **A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.**

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

DICA: NO CAPÍTULO DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, TEMOS AS SEGUINTE HIPÓTESES DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA:

Denúncia caluniosa (art. 339)	1/6: se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.
Falso testemunho ou falsa perícia (art. 342)	1/6 a 1/3: se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta
Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete (art. 343)	1/6 a 1/3: As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
Fraude processual (art. 347)	Dobro: Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado,
Exploração de Prestígio (art. 357)	1/3: se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

OBS: No crime de denúncia caluniosa, também temos a previsão de uma causa de diminuição de pena:

- Diminui da metade: se a imputação é de prática de contravenção.

E) Não há previsão de causa de aumento de pena no crime de falso testemunho ou falsa perícia.

INCORRETA. Há sim:

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

(...)

Parágrafo único. **As penas aumentam-se de um sexto a um terço**, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

GABARITO B

30 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale a alternativa que descreve a conduta típica do crime de exploração de prestígio:

a) Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.

b) Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

c) Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.

d) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

e) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

Comentário

a) Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.

INCORRETA. Essa conduta tipifica o crime de coação no curso do processo, previsto no art. 344 do CP.

b) Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

INCORRETA. Trata-se do crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção, previsto no art. 340 do CP.

c) Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.

INCORRETA. Essa conduta caracteriza o crime de denúncia caluniosa, previsto no art. 339.

d) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

INCORRETA. Essa conduta tipifica o crime de Tráfico de Influência, previsto no art. 332 do CP.

e) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

CORRETA.

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

ATENÇÃO: TRÁFICO DE INFLUÊNCIA X EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO:

A diferença está no agente que será influenciado:

I) Se for juiz, jurado, órgão do MP, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha – o crime será o de EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.

II) Se for qualquer outro funcionário público: TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

MACETE: as funções de juiz, jurado, órgão do MP, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha POSSUEM PRESTÍGIO. Logo, o crime será o de EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.

Se for qualquer outro funcionário público, o crime será o de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Com relação à citação do acusado, é correto afirmar que:

- a) A citação inicial far-se-á por carta postal, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- c) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
- d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, sendo vedado ao juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes ou decretar prisão preventiva.
- e) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por meio de mandado.

Comentário

a) A citação inicial far-se-á por ~~carta postal~~, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

INCORRETA. Se o réu estiver no mesmo território sujeito à jurisdição do juiz que a houver determinado, a citação é por MANDADO:

Art. 351. A citação inicial far-se-á **por mandado**, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

CORRETA. É o que estabelece o art. 368:

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

c) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta ~~precatória~~.

INCORRETA. A citação em legações estrangeiras será feita mediante carta ROGATÓRIA:

Art. 369. As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória.

d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, ~~sendo vedado~~ ao juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes ou decretar prisão preventiva.

INCORRETA. Pois é permitido ao juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312:

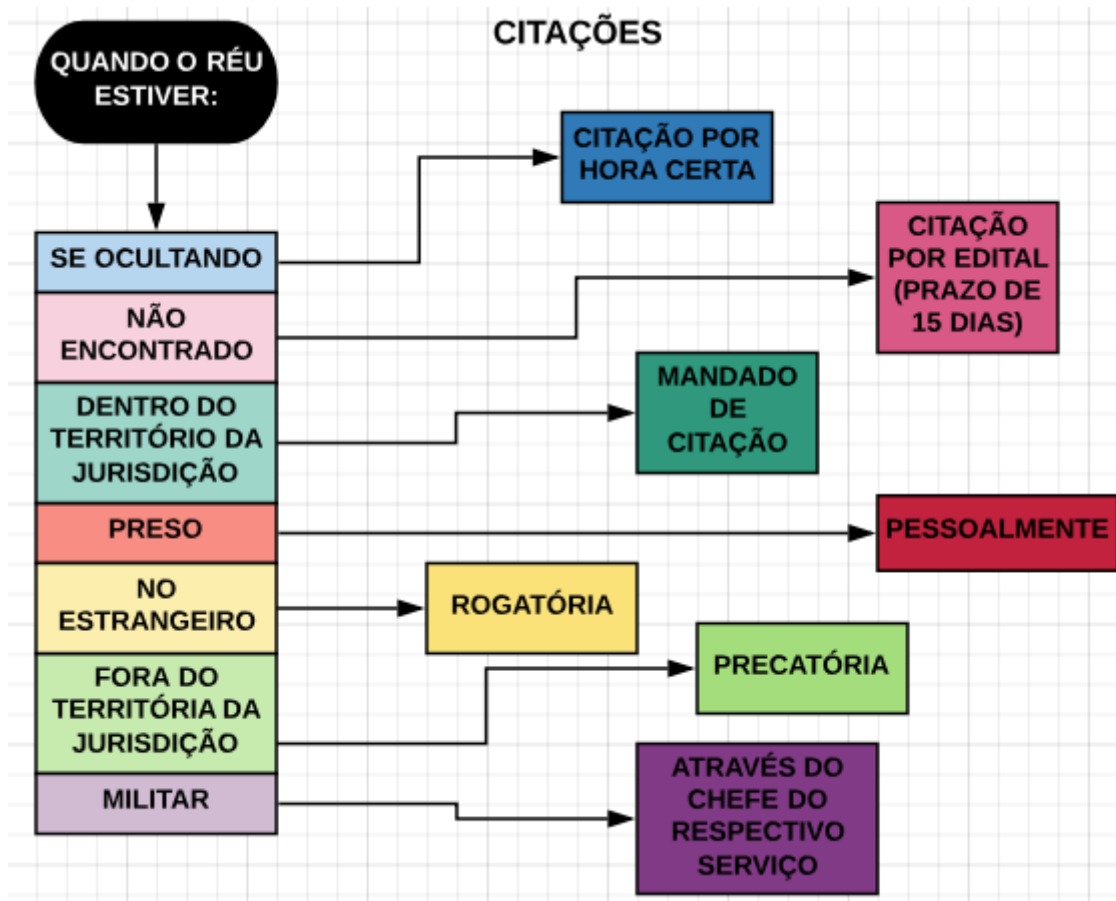
Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, **podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.**

e) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por meio de mandado.

INCORRETA. Nesse caso, será citado por carta precatória:

Art. 353. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.

Veja o esquema facilitador:



Obs. Se o acusado estiver no estrangeiro, mas não se sabe o lugar onde está (lugar incerto), ele será citado por edital. Entretanto, se estiver no estrangeiro em lugar sabido, então será citado por carta rogatória.

GABARITO B

32 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com CPP, quanto à sentença no procedimento do Tribunal do Júri, analise os itens abaixo e responda:

- I. Em regra, a apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão terá efeito suspensivo.
- II. A sentença será lida em plenário pelo presidente depois de encerrada a sessão de instrução e julgamento.
- III. O pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser feito incidentalmente na apelação ou por meio de petição em separado dirigida diretamente ao relator, instruída com cópias da sentença condenatória, das razões da apelação e de prova da tempestividade, das contrarrazões e das demais peças necessárias à compreensão da controvérsia.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentário:

I. A apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão ~~terá efeito suspensivo.~~

INCORRETA. Em regra, não terá efeito suspensivo:

Art. 492, § 4º, CPP - A apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão **não terá efeito suspensivo.** (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Mas excepcionalmente, poderá o tribunal atribuir efeito suspensivo, nos termos do § 5º:

§ 5º **Excepcionalmente**, poderá o tribunal atribuir efeito suspensivo à apelação de que trata o § 4º deste artigo, quando verificado cumulativamente que o recurso: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - não tem propósito meramente protelatório; e **(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)**

II - levanta questão substancial e que pode resultar em absolvição, anulação da sentença, novo julgamento ou redução da pena para patamar inferior a 15 (quinze) anos de reclusão.

II. A sentença será lida em plenário pelo presidente ~~depois~~ de encerrada a sessão de instrução e julgamento.

INCORRETA.

Art. 493. A sentença será lida em plenário pelo presidente **antes** de encerrada a sessão de instrução e julgamento. **(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)**

III. O pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser feito incidentalmente na apelação ou por meio de petição em separado dirigida diretamente ao relator, instruída com cópias da sentença condenatória, das razões da apelação e de prova da tempestividade, das contrarrazões e das demais peças necessárias à compreensão da controvérsia.

CORRETA.

Art. 492, § 6º, CPP - O pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser feito incidentalmente na apelação ou por meio de petição em separado dirigida diretamente ao relator, instruída com cópias da sentença condenatória, das razões da apelação e de prova da tempestividade, das contrarrazões e das demais peças necessárias à compreensão da controvérsia. **(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)**

Portanto, apenas o item III está correto.

GABARITO C

33 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos do CPP, quanto às disposições gerais aplicáveis aos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) Serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
- b) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- c) É admitido recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- d) Não sabendo ou não podendo o réu assinar o nome, o termo será assinado por alguém, a seu rogo, na presença de uma testemunha.
- e) A parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, exceto quando constatado a má-fé.

Comentário:

a) ~~Serão prejudicados~~ os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.

INCORRETA.

Art. 575, CPP. **Não serão prejudicados** os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.

b) O Ministério Público ~~poderá~~ desistir de recurso que haja interposto.

INCORRETA.

Art. 576, CPP. O Ministério Público **não poderá** desistir de recurso que haja interposto.

c) ~~É admitido~~ recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

INCORRETA.

Art. 577, Parágrafo único. **Não se admitirá**, entretanto, recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

d) Não sabendo ou não podendo o réu assinar o nome, o termo será assinado por alguém, a seu rogo, na presença de ~~uma testemunha~~.

INCORRETA.

Art. 578, 1º, CPP. Não sabendo ou não podendo o réu assinar o nome, o termo será assinado por alguém, a seu rogo, na presença de **duas testemunhas**.

e) A parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, exceto quando constatado a má-fé.

CORRETA.

Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

GABARITO E

34 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto ao recurso de apelação, assinale a alternativa correta.

a) Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de cinco dias.

b) Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

c) Caberá apelação no prazo de 15 (quinze) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

d) A apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

e) As apelações só poderão ser interpostas em relação a todo o julgado.

Comentário

a) Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de cinco dias.

INCORRETA. Nos processos de contravenção, o prazo para oferecer razões é de 3 dias:

Art. 600. Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, **salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.**

b) Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

CORRETA. É o que estabelece o § 4º do art. 593:

Art. 593 (...)

§ 4o Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

c) Caberá apelação no prazo de 15 (quinze) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

INCORRETA. O prazo para interpor apelação é de 5 dias:

Art. 593. Caberá apelação **no prazo de 5 (cinco) dias:**

I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;

(...)

d) A apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

INCORRETA. Pois não impedirá:

Art. 596. A apelação da sentença absolutória **não impedirá** que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

e) As apelações só poderão ser interpostas em relação a todo o julgado.

INCORRETA. Pois podem ser interpostos em relação a todo o julgado ou em relação a parte dele:

Art. 599. As apelações poderão ser interpostas quer **em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.**

GABARITO B

35 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Estabelece o CPP em seu art. 619, hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, assinale a alternativa que apresente uma dessas possibilidades.

- a) Anular o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.
- b) Reduzir a pena imposta na sentença.
- c) Rediscutir a matéria de mérito.
- d) Suprir omissão na sentença condenatória.
- e) Corrigir eventual injustiça contida na decisão.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do art. 619 do Código de Processo Penal.

Art. 619, CPP. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença **ambiguidade, obscuridade, contradição** ou **omissão**.

GABARITO D

36 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à carta testemunhável, assinale a alternativa correta.

a) terá efeito suspensivo.

b) só é cabível contra decisão que denegar o recurso.

c) A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nas vinte quatro e horas seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

d) O processo da carta testemunhável na instância superior seguirá o processo do recurso denegado.

e) O escrivão, ou o secretário do tribunal, dará recibo da petição à parte e, no prazo máximo de 10 dias, no caso de recurso no sentido estrito, ou de trinta dias, no caso de recurso extraordinário, fará entrega da carta, devidamente conferida e concertada.

Comentário

a) A carta testemunhável terá efeito suspensivo.

INCORRETA. Não terá efeito suspensivo, nos termos do art. 646 do CPP:

Art. 646. A carta testemunhável não terá efeito suspensivo.

b) só é cabível contra decisão que denegar o recurso.

INCORRETA. A carta testemunhável pode se dar em duas hipóteses:

Art. 639. Dar-se-á carta testemunhável:

I - da decisão que denegar o recurso;

II - da que, admitindo embora o recurso, obstar à sua expedição e seguimento para o juízo ad quem.

c) A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nas vinte quatro e horas seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

INCORRETA. O prazo é de 48 horas:

Art. 640. A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, **nas quarenta e oito horas seguintes ao despacho que denegar o recurso,** indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

d) O processo da carta testemunhável na instância superior seguirá o processo do recurso denegado.

CORRETA. Tal regra consta no art. 645:

Art. 645. O processo da carta testemunhável na instância superior seguirá o processo do recurso denegado.

e) O escrivão, ou o secretário do tribunal, dará recibo da petição à parte e, no prazo máximo de 10 dias, no caso de recurso no sentido estrito, ou de trinta dias, no caso de recurso extraordinário, fará entrega da carta, devidamente conferida e concertada.

INCORRETA. O primeiro prazo é de 5 dias e o segundo é de 60 dias:

Art. 641. O escrivão, ou o secretário do tribunal, dará recibo da petição à parte e, **no prazo máximo de cinco dias, no caso de recurso no sentido estrito, ou de sessenta dias, no caso de recurso extraordinário**, fará entrega da carta, devidamente conferida e concertada.

GABARITO D

37 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Conforme a Lei n. 9.099/95 (arts. 60 a 83; 88 e 89), analise as afirmativas abaixo e responda.

I. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível por meio de apelação, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

II. Não sendo encontrado o acusado, o feito permanecerá no Juizado Especial Criminal, mas ficará suspenso, até que seja localizado.

III. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

Comentário:

I. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença ~~recorrível por meio de apelação~~, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

INCORRETA. Pois a sentença que homologa a composição dos danos civis é irrecorrível:

Art. 74, da Lei 9.099/95. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz **mediante sentença irrecorrível**, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

II. Não sendo encontrado o acusado, o feito permanecerá no Juizado Especial Criminal, mas ficará suspenso, até que seja localizado.

INCORRETA. Pois na hipótese de o acusado não ser encontrado para ser citado, o juiz deve encaminhar as peças existentes ao Juízo Comum, para a adoção do procedimento previsto em lei:

Art. 66, Parágrafo único, da Lei 9.099/95. Não encontrado o acusado para ser citado, **o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.**

III. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

CORRETA. Tal regra está prevista no art. 63

Art. 63, da Lei 9.099/95. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Portanto, apenas o item III está correto.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito das causas de impedimento e suspeição do juiz, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- b) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo.
- c) Há suspeição do juiz em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- d) No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.
- e) Apenas os motivos de impedimento se aplicam aos auxiliares da justiça.

Comentário

a) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

CORRETA. É o que estabelece o § 1º do art.145 do CPC:

Art. 145. Há suspeição do juiz:

§ 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, **sem necessidade de declarar suas razões.**

b) Há ~~impedimento~~ do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo

INCORRETA. Esse é um caso de suspeição:

Art. 145. Há **suspeição** do juiz:

(...)

II - **que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo**, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;

c) Há ~~suspeição~~ do juiz em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha

INCORRETA. Essa é uma hipótese de impedimento:

Art. 144. Há **impedimento** do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;

(...)

d) No prazo de ~~30 (trinta) dias~~, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

INCORRETA. O prazo é de 15 dias:

Art. 146. No prazo de **15 (quinze) dias**, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

e) ~~Apenas~~ os motivos de impedimento se aplicam aos auxiliares da justiça.

INCORRETA. Os motivos de suspeição também são aplicados:

Art. 148. Aplicam-se os motivos de **impedimento e de suspeição**:

- I - ao membro do Ministério Público;
- II - aos auxiliares da justiça;
- III - aos demais sujeitos imparciais do processo.

GABARITO A

39 - **(4º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** No tocante ao procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, é correto afirmar que:

- a) Apresentada a petição inicial, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- b) Não cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor.
- c) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- d) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, inclusive quando o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
- e) O pedido principal não pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.

Comentário

a) Apresentada a petição inicial, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

INCORRETA. O prazo é de 5 dias:

Art. 306. O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

b) ~~Não~~ cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor.

INCORRETA. Cessa sim:

Art. 309. **Cessa a eficácia** da tutela concedida em caráter antecedente, se:

- I - o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;
- II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;
- III - **o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor** ou extinguir o processo sem resolução de mérito.

c) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

CORRETA. É exatamente o que consta no art. 308 do CPC:

Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

Esquemmatizando: Efetivada a tutela cautelar:

- Pedido principal em 30 dias.
- Mesmos autos
- Independe de custas

d) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, inclusive quando o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

INCORRETA. Em regra, o indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição, nos termos do art. 310:

Art. 310. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

e) O pedido principal não pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.

INCORRETA. Pode sim:

Art. 308 (...)

§ 1º O pedido principal **pode ser formulado conjuntamente** com o pedido de tutela cautelar.

GABARITO C

40 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à petição inicial, é correto afirmar que:

- a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais, deverá indeferir a petição inicial.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles não haja conexão.
- c) Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- d) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- e) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu.

Comentário

a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais, deverá indeferir a petição inicial.

INCORRETA. Primeiro, o juiz determina ao autor, no prazo de 15 dias, que emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, nos termos do art. 321:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, **determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.**

Somente após o autor não cumprir a diligência, é que o juiz indeferirá a petição inicial.

Art. 321 (...)

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles não haja conexão.

INCORRETA. Pois não precisa ter conexão entre os pedidos, basta que sejam compatíveis entre si; que o mesmo juízo seja competente para conhecer deles e que seja adequado o mesmo procedimento:

Art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, **ainda que entre eles não haja conexão.**

§ 1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que:

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

c) Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

INCORRETA. Cabe recurso de apelação:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor **poderá apelar**, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

d) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.

CORRETA.

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

(...)

§ 1º **Considera-se inepta** a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - **contiver pedidos incompatíveis entre si.**

e) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu.

INCORRETA. Até a citação, não precisa de consentimento do réu:

Art. 329. O autor poderá:

I - **até a citação**, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, **independentemente de consentimento do réu**;

II - **até o saneamento do processo**, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, **com consentimento do réu**, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

GABARITO D

41 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere às disposições gerais aplicáveis às provas, é correto afirmar que:

- a) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- b) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- c) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- d) Os fatos notórios dependem de prova.
- e) O juiz não poderá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Comentário

a) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

INCORRETA. Pode sim:

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

b) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

INCORRETA. Não precisam estar especificados no Código de Processo Civil:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, **ainda que não especificados neste Código**, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

c) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

CORRETA. É o que consta no art. 370:

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

d) Os fatos notórios ~~dependem~~ de prova.

INCORRETA. Por força do disposto no inciso I do art. 374, não dependem:

Art. 374. **Não dependem de prova** os fatos:

I - **notórios**;

II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;

III - admitidos no processo como incontroversos;

IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

e) O juiz ~~não~~ poderá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

INCORRETA. Pois o juiz deve indeferir, desde que o faça em decisão fundamentada, conforme determina o parágrafo único do art. 370:

Art. 370 (...)

Parágrafo único. O juiz indeferirá, **em decisão fundamentada**, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

GABARITO C

42 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere às disposições gerais aplicáveis aos recursos, assinale a alternativa correta.

a) Cabe recurso contra despachos.

b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

c) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

e) É exigido o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

Comentário

a) ~~Cabe~~ recurso contra despachos.

INCORRETA. O art. 1.001 diz que contra despachos não cabe recurso:

Art. 1.001. Dos despachos não cabe recurso.

b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ~~ainda que~~ distintos ou opostos os seus interesses.

INCORRETA. Se os interesses forem distintos ou opostos, não aproveita:

Art. 1.005. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, **salvo** se distintos ou opostos os seus interesses.

c) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

CORRETA. De fato, com exceção dos embargos de declaração, cujo prazo para recorrer é de 05 dias, nos demais recursos o prazo para interpor recurso é de 15 dias:

Art. 1.003 (...)

§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, ~~desde que com a~~ anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

INCORRETA. Para desistir do recurso, não é necessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes:

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, **sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes**, desistir do recurso.

e) ~~É exigido~~ o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

INCORRETA. É dispensado tal recolhimento nos autos eletrônicos, conforme parágrafo 3º do art. 1.007:

Art. 1.007 (...)

§ 3º **É dispensado** o recolhimento do porte de remessa e de retorno no **processo em autos eletrônicos**.

GABARITO C

43 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas de natureza falimentar.
- b) as causas de natureza alimentar.
- c) as causas de natureza fiscal
- d) as causas relativas a acidentes de trabalho.
- e) as ações de despejo para uso próprio.

Comentário

Questão exigiu conhecimento do art. 3º e do seu § 2º:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
- II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

O § 2º do art. 3º exclui da competência do Juizado Especial as seguintes causas:

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

GABARITO E

44 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da Lei nº 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

A) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

B) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos Juizados Especiais.

C) Nas causas que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

D) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

E) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 30 (trinta) salários mínimos.

Comentário

A) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CORRETA. É o que consta no art. 7º:

Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

B) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos Juizados Especiais.

INCORRETA. Poderão sim, a teor do art. 8º:

Art. 8º Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

C) Nas causas que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

INCORRETA. Não haverá reexame necessário:

Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

D) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

INCORRETA. A competência é absoluta:

Art. 2º (...)

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é **absoluta**.

E) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 30 (trinta) salários mínimos.

INCORRETA. É até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos:

Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, **até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos**.

GABARITO A

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com texto expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), assinale a alternativa correta.

- a) a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- b) A lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- c) A lei não poderá prever que o civilmente identificado seja submetido a identificação criminal.
- d) Conceder-se-á "*habeas-data*" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

Comentário:

a) a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

INCORRETA. Pode sim:

Art. 5º, LX, CF - a lei **só poderá** restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

b) A lei considerará crimes inafiançáveis ~~e imprescritíveis~~ a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

INCORRETA. Tais crimes são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia:

Art. 5º, XLII, CF - a prática do **racismo constitui crime inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Art. 5º, XLIII, CF - a lei considerará **crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Art. 5º, XLIV, CF - constitui **crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares**, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Veja o esquema facilitador:

RAÇÃO (Racismo e ação de grupos armados)	Inafiançáveis	Imprescritíveis
3T1H (Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes, tortura e hediondos)	Inafiançáveis	Insuscetíveis de graça ou anistia

c) A lei ~~não poderá prever~~ que o civilmente identificado seja submetido a identificação criminal.

INCORRETA.

Art. 5º, LVIII, CF - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, **salvo nas hipóteses previstas em lei.**

d) Conceder-se-á "~~habeas data~~" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

INCORRETA. No caso narrado, cabe Habeas Corpus:

Art. 5º, LXVIII, CF - conceder-se-á **"habeas-corpus"** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

e) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária

CORRETA.

Art. 5º, LXV, CF - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

GABARITO E

46 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Mitchel é brasileiro naturalizado, e seis dias após a naturalização, praticou dois crimes de homicídio que resultaram na morte de João e Maria, ambos brasileiros.

À luz da CRFB/88, é correto afirmar que Mitchel

- a) não será extraditado, mas, caso seja preso, ele não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- b) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.
- c) será extraditado após o devido processo legal e poderá sofrer pena de caráter perpétuo.
- d) não será extraditado e não será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- e) apenas poderia ser extraditado por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.

Comentário:

~~a) não será extraditado, mas, caso seja preso, ele não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.~~

INCORRETA. Em que pese a primeira parte estar correta, já que o brasileiro naturalizado será extraditado no caso de crime comum (homicídio) praticado antes da naturalização e, no caso, o crime comum se deu após a naturalização, a segunda parte está incorreta:

Art. 5º LXIV - **o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.**

~~b) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.~~

INCORRETA. Primeiro que não será concedida sua extradição, já que o crime comum se deu após a sua naturalização. E segundo que são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos:

Art. 5º, LVI - **são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.**

~~c) será extraditado após o devido processo legal e poderá sofrer pena de caráter perpétuo.~~

INCORRETA. Não será extraditado e não haverá penas de caráter perpétuo:

Art. 5º, XLVII, CF - **não haverá penas:**

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) **de caráter perpétuo;**

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

d) não será extraditado e não será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

CORRETA.

Art. 5º, LI, CF - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Art. 5º, LXVI, CF - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Isto é, Mitchel não poderá ser extraditado, uma vez que, os crimes cometidos são comuns e ocorreram após a naturalização.

~~e) apenas poderia ser extraditado por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.~~

INCORRETA.

Art. 5º, LII, CF - **não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.**

GABARITO D

47 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.
- b) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 50% a mais do que o salário normal.
- c) licença-paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- e) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva

Comentário

a) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção ~~culposa~~

INCORRETA. Para constituir crime, a retenção tem que ser DOLOSA:

Art. 7º (...)

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção **dolosa**;

b) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 50% a mais do que o salário normal.

INCORRETA. Férias renumeradas é com, pelo menos, 1/3 a mais:

Art. 7º (...)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

c) licença-paternidade, ~~sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.~~

INCORRETA. O art. 7º não define prazo para a licença-paternidade, apenas estabelece que a mesma se dá nos termos fixados em lei:

Art. 7º (...)

XIX - licença-paternidade, **nos termos fixados em lei**;

É a licença à gestante que tem duração de 120 dias:

Art. 7º (...)

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

CORRETA.

Art. 7º (...)

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

e) jornada de ~~quatro~~ horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

INCORRETA. A jornada para turnos ininterruptos é de 6 horas:

Art. 7º (...)

XIV - jornada de **seis horas** para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva

GABARITO D

48 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a CF, quanto à livre associação profissional ou sindical, é correto afirmar que:

a) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

b) é lícita a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, em questões judiciais, exceto administrativas.

e) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical

Comentário:

a) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

CORRETA.

Art. 8º, VIII, CF - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

b) é feita a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

INCORRETA.

Art. 8º, II, CF - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

INCORRETA.

Art. 8º, VI, CF - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, em questões judiciais, exceto administrativas.

INCORRETA.

Art. 8º, III, CF - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

e) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical

INCORRETA.

Art. 8º, I, CF - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

GABARITO A

49 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal, aquele nascido na República Federativa do Brasil, mas de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país, é considerado

- a) brasileiro naturalizado, se o país dos seus genitores tiver acordo de reciprocidade.
- b) brasileiro naturalizado.
- c) brasileiro nato.
- d) apátrida.
- e) estrangeiro.

Comentário:

Art. 12, CF. São brasileiros:

I - **natos:**

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

GABARITO C

50 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a CF, quanto a administração pública, analise os itens abaixo e responda.

I. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

II. os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

III. é lícita a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Está correta o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentário:

I. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

CORRETA.

Art. 37, II, CF - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

II. os vencimentos dos cargos do Poder ~~Executivo~~ e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder ~~Legislativo~~.

INCORRETA.

Art. 37, XII, CF - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

III. é ~~lícita~~ a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

INCORRETA.

Art. 37, XIII, CF - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

GABARITO A

51 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da CRFB/88, quanto aos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo e responda.

I. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquirem estabilidade após 02 (dois) anos de efetivo exercício.

II. É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

III. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei geral da União.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) Nenhuma das alternativas.

Comentário:

I. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquirem estabilidade após ~~02 (dois) anos~~ de efetivo exercício.

INCORRETA.

Art. 41, *caput*, CF - São estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

II. É ~~permitida~~ a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

INCORRETA.

Art.39, §9º, É **vedada** a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

III. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em ~~lei geral da União~~.

INCORRETA.

Art.40, § 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em **lei do respectivo ente federativo.**

GABARITO E

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da lei 10.261/68 e suas alterações, é proibido ao funcionário público estadual

- a) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.
- b) requerer privilégio de invenção própria.
- c) tratar de interesses do departamento na repartição.
- d) deixar de comparecer ao serviço com causa justificada.
- e) entreter-se, durante as horas de trabalho, com leituras inerentes ao serviço.

Comentário:

a) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.

CORRETA.

Art. 242, da Lei 10.261/68, II - retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;

b) ~~requerer privilégio de invenção própria.~~

INCORRETA.

Art. 242, da Lei 10.261/68, III - requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, **exceto privilégio de invenção própria;**

c) ~~tratar de interesses do departamento na repartição.~~

INCORRETA.

Art. 242, da Lei 10.261/68, V - tratar de interesses **particulares** na repartição;

d) ~~deixar de comparecer ao serviço com causa justificada.~~

INCORRETA.

Art. 242, da Lei 10.261/68, IV - deixar de comparecer ao serviço **sem** causa justificada;

e) ~~entreter-se, durante as horas de trabalho, com leituras inerentes ao serviço.~~

INCORRETA.

Art. 242, da Lei 10.261/68, III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras **atividades estranhas ao serviço**;

Obs. **Inerente** significa o que está ligado de forma inseparável ao ser. É aquilo que está intimamente unido e que diz respeito ao próprio ser. No caso ligado diretamente ao serviço.

GABARITO A

53 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Aquiles é funcionário público e causou prejuízo à Fazenda Pública em razão de desfalque. Portanto, Aquiles será obrigado

- a) a indenizar a Fazenda Pública no mesmo ano em que praticou o prejuízo.
- b) a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo.
- c) a ressarcir a Fazenda Pública em, no máximo, dois anos.
- d) a repor, em duas parcelas, a importância do dano causado.
- e) a repor, em até 10x, o valor do prejuízo causado.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do art. 247 da Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

Art. 247 - Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário **será obrigado a repor, de uma só vez**, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, **desfalque**, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

GABARITO B

54 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante a Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a

- a) 1 (um) ano.
- b) 2 (dois) anos.
- c) 3 (três) anos.
- d) 4 (quatro) anos.
- e) 5 (cinco) anos.

Comentário:

Artigo 261, da Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

- Extingue-se a punibilidade pela prescrição: (NR)

I - da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos; (NR)

II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; (NR)

III - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos. (NR)

Veja a tabela facilitadora:

2 ANOS	REPREENSÃO
	SUSPENSÃO
	MULTA
5 ANOS	DEMISSÃO
	DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO
	CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA OU DISPONIBILIDADE
NO PRAZO DE PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO DA PENA CRIMINAL, SE FOR SUPERIOR A CINCO ANOS	FALTA PREVISTA EM LEI DEFINIDA COMO INFRAÇÃO PENAL

GABARITO E

55 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), quanto ao processo administrativo, analise os itens a seguir e responda.

I. O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.

II. A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

III. Não comparecendo o acusado, será, por despacho, decretada sua revelia, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.

CORRETA.

Artigo 277, da Lei n. 10.261/68 - O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado. (NR)

II. A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

CORRETA.

Art. 278, § 2º, da Lei n. 10.261/68 - A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado. (NR)

III. Não comparecendo o acusado, será, por despacho, decretada sua revelia, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo.

CORRETA.

Artigo 280, da Lei n. 10.261/68 - Não comparecendo o acusado, será, por despacho, decretada sua revelia, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo. (NR)

GABARITO E

56 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens abaixo e responda.

- I. O particular não poderá ser sujeito ativo de improbidade administrativa.
- II. As ações de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato.
- III. Reputa-se agente público todo aquele que exerce função remunerada, não transitória, por eleição, nomeação ou designação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

Comentário:

~~I. O particular não poderá ser sujeito ativo de improbidade administrativa.~~

INCORRETA.

O particular pode ser sujeito ativos quando:

- Induzir o agente público a praticar ato de improbidade;
- Concorrer juntamente com o agente público para a prática do ato de improbidade ou;
- Beneficiar-se, direta ou indiretamente, do ato praticado pelo agente público;

É o que diz o art. 3º:

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, **mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.**

II. As ações de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de cargo em comissão.

CORRETA.

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

III. *Reputa-se agente público todo aquele que exerce função remunerada, ~~não transitória~~, por eleição, nomeação ou designação.*

INCORRETA.

Art. 2º. Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente ou sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

GABARITO D

57 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Sandler é agente público e praticou um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, estando sujeito a várias penalidades, dentre elas a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, que só poderão ser efetivadas

- a) de imediato.
- b) após o encerramento da fase probatória.
- c) em qualquer fase do processo administrativo.
- d) após a denúncia concreta.
- e) após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Comentário:

Questão exigiu conhecimento literal do art. 20:

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o **trânsito em julgado da sentença condenatória**.

PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	SÓ COM O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	

GABARITO E

58 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Lei n. 8.429/92 (Improbidade Administrativa), analise as afirmativas abaixo e responda.

- I. A legitimidade ativa para ajuizamento de ação de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público.
- II. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- III. Qualquer eleitor poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentário:

I. A legitimidade ativa para ajuizamento de ação de improbidade administrativa é ~~exclusiva~~ do Ministério Público.

INCORRETA.

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, **será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada**, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

II. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

CORRETA.

Art. 13, § 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

III. Qualquer ~~eleitor~~ poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

INCORRETA.

Art. 14. Qualquer **pessoa** poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

GABARITO B

59 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante a Lei. 8.429/92 (Improbidade Administrativa), na hipótese de o Juiz receber a petição inicial, qual é o recurso que deve ser manejado?

- a) Agravo de Instrumento.
- b) Apelação.
- c) Recurso em sentido estrito.
- d) Embargos de declaração.
- e) Agravo Interno.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do art. 17, da Lei de Improbidade Administrativa.

Art. 17, § 10. Da decisão que receber a petição inicial, caberá **agravo de instrumento**.

GABARITO A

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere às apurações preliminares, às sindicâncias e aos processos administrativos, analise as seguintes assertivas:

I) Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, salvo se não houver interposição de recurso.

II) Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

III) Em razão da natureza da ação, a anotação de segredo de justiça será gerada automaticamente pelo sistema informatizado na distribuição dos procedimentos disciplinares.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, salvo se não houver interposição de recurso.

INCORRETA. Havendo ou não havendo interposição de recurso, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 17:

Art. 17 (...)

Parágrafo único. Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, **independentemente da não interposição de recurso.** (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 54/2019)

II) Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

CORRETA. É o que dispõe o art. 18:

Art. 18. Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

III) Em razão da natureza da ação, a anotação de segredo de justiça será gerada automaticamente pelo sistema informatizado na distribuição dos procedimentos disciplinares.

CORRETA. É o que diz a segunda parte do § 3º do art. 15:

Art. 15 (...)

§ 3º Recebido o ofício, o Distribuidor providenciará o cadastro no sistema informatizado com distribuição por direcionamento, cabendo à Unidade Judicial inserir no processo digital a Portaria devidamente instruída. **Em razão da natureza da ação, a anotação de segredo de justiça será gerada automaticamente pelo sistema informatizado na distribuição dos procedimentos disciplinares.** (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 54/2019)

Portanto, apenas os itens II e III estão corretos.

GABARITO D

61 - **(4º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Quanto à ordem dos serviços dos processos em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Deverá ser feita a conclusão dos autos no prazo de 2 (dois) dias e executados os atos processuais no prazo de 10 (dez) dias.
- b) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, sem limitação de número.
- c) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 15 (quinze) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).
- d) Ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará, em 48 (quarenta e oito) horas, a autuação.
- e) Em caso de erro na numeração, certificar-se-á a ocorrência, sendo permitida a renumeração.

Comentário

a) Deverá ser feita a conclusão dos autos no prazo de ~~2 (dois) dias~~ e executados os atos processuais no prazo de ~~10 (dez) dias~~.

INCORRETA. O prazo de conclusão é de 1 dia e de execução é 5:

Art. 97 . Deverá ser feita **conclusão dos autos no prazo de 1 (um) dia** e **executados os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias**.

b) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, sem limitação de número.

CORRETA.

Art. 98 (...)

§ 5º A conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, sem limitação de número.

c) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 15 (quinze) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

INCORRETA. O prazo é de 30 dias:

Art. 99 . Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento **por mais de 30 (trinta) dias**, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

d) Ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará, em 48 (quarenta e oito) horas, a autuação.

INCORRETA. O prazo é de 24 horas:

Art. 87. Ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará, **em 24 (vinte e quatro) horas**, a autuação, nela afixando a etiqueta que, gerada pelo sistema informatizado e oriunda do distribuidor, atribui número ao processo e traz outros dados relevantes (juízo, natureza do feito, nomes das partes, data etc.)

e) Em caso de erro na numeração, certificar-se-á a ocorrência, sendo permitida a renumeração.

INCORRETA. A renumeração é vedada:

§ 1º Em caso de erro na numeração, certificar-se-á a ocorrência, **sendo vedada a renumeração.**

GABARITO B

62 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à consulta e à carga dos autos, é correto afirmar que:

a) É permitido o acesso a autos de processos que correm em segredo de justiça por estagiários não inscritos ou com inscrição vencida na OAB.

b) É vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.

c) Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito somente às partes.

d) Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido

constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, pelo período de 2 (duas) horas.

e) Os requerimentos de carga rápida serão recepcionados e atendidos desde que formulados até às 20h.

Comentário

a) É permitido o acesso a autos de processos que correm em segredo de justiça por estagiários não inscritos ou com inscrição vencida na OAB.

INCORRETA. É vedado:

Art. 160 (...)

§ 2º **É vedado** o acesso a autos de processos que correm em segredo de justiça por estagiários não inscritos ou com inscrição vencida na OAB.

b) É vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.

CORRETA. É exatamente o que consta no art. 166:

Art. 166 . É vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.

c) Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito ~~somente às partes.~~

INCORRETA. O acesso será restrito às partes e a seus procuradores devidamente constituídos:

Art. 160. Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito **às partes e a seus procuradores devidamente constituídos.**

d) Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, pelo período de 2 (duas) horas.

INCORRETA. A carga rápida é pelo período de 1 (uma) hora:

Art. 158. Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, **pelo período de 1 (uma) hora**, mediante controle de movimentação física, devendo o serventário consultar ao sítio da Ordem dos Advogados do Brasil da Internet, à vista da Carteira da OAB apresentada pelo advogado ou estagiário de Direito interessado, com impressão dos dados

obtidos, os quais serão conferidos pelo servidor antes da entrega dos autos, observadas, ainda, as demais cautelas previstas para a carga rápida, conforme o disposto no art. 165.

e) Os requerimentos de carga rápida serão recepcionados e atendidos desde que formulados até às 20h.

INCORRETA. Os pedidos serão atendidos até às 20h:

Art. 165. A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de uma hora, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados, respeitado o seguinte procedimento:

I - os requerimentos serão recepcionados e atendidos desde que formulados **até às 18h;**

(...)

GABARITO B

63 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere ao processo eletrônico, analise as seguintes assertivas:

I) O uso inadequado do sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional importará bloqueio do cadastro do usuário, sem prejuízo das demais cominações legais.

II) É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo da chave privada da sua identidade digital, sendo, no entanto, oponível a alegação de seu uso indevido.

III) Na hipótese de materialização do processo, cuja tramitação era em meio eletrônico, passarão a ser admitidas petições em meio físico.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) O uso inadequado do sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional importará bloqueio do cadastro do usuário, sem prejuízo das demais cominações legais.

CORRETA. É o que estabelece o parágrafo único do art. 1.191:

Art. 1.191(...)

Parágrafo único. O uso inadequado do sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional **importará bloqueio do cadastro do usuário**, sem prejuízo das demais cominações legais.

II) É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo da chave privada da sua identidade digital, sendo, no entanto, oponível a alegação de seu uso indevido.

INCORRETA. Pois o art. 1.193 estabelece o contrário, já que não é oponível, em nenhuma hipótese, a alegação de seu uso indevido:

Art. 1.193. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo da chave privada da sua identidade digital, **não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.**

III) Na hipótese de materialização do processo, cuja tramitação era em meio eletrônico, passarão a ser admitidas petições em meio físico.

CORRETA.

Art. 1.220 (...)

Parágrafo único. **Na hipótese de materialização do processo, cuja tramitação era em meio eletrônico, passarão a ser admitidas petições em meio físico.** Retomada a tramitação no meio eletrônico, não mais serão admitidas petições em meio físico.

Portanto, apenas os itens I e III estão corretos.

GABARITO C

64 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à consulta às movimentações processuais e decisões, é correto afirmar que:

a) Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, inclusive nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

b) O acesso à íntegra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período de 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão.

c) A solicitação da senha de acesso poderá ser encaminhada apenas pela própria parte interessada.

d) A Unidade Judicial confirmará a identidade do solicitante por meio de videoconferência, sendo dispensada a exibição do documento pessoal.

e) Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet será fornecida senha de acesso a terceiros legitimamente interessados para autos que tramitem em sigilo, peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, de acordo com o tipo de participação no processo, independentemente de autorização do magistrado.

Comentário

a) Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, inclusive nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

INCORRETA. Processos em sigilo ou segredo de justiça é exceção:

Art. 1.224 (...)

§ 2º Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, salvo nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

b) O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período de 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão.

CORRETA. É o que estabelece o art. 1.226-A:

Art. 1.226-A. O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período de 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão.

c) A solicitação da senha de acesso poderá ser encaminhada apenas pela própria parte interessada.

INCORRETA. A solicitação da senha pode ser encaminhada pela parte interessada ou seu representante legal:

Art. 1.226 (...)

§ 1º - A solicitação da senha de acesso poderá ser encaminhada pela parte interessada ou seu representante legal aos canais institucionais de atendimento virtual da Unidade Judicial em que tramita o processo, com cópia do respectivo documento pessoal com foto. **(Acrescentado pelo Provimento CG Nº 26/2021)**

d) A Unidade Judicial confirmará a identidade do solicitante por meio de videoconferência, sendo dispensada a exibição do documento pessoal.

INCORRETA. É necessária a exibição de documento pessoal:

Art. 1.226 (...)

§ 2º - A Unidade Judicial confirmará a identidade do solicitante por meio de videoconferência, sendo necessária a exibição do documento pessoal.

e) Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet será fornecida senha de acesso a terceiros legitimamente interessados para autos que tramitem em sigilo, peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, de acordo com o tipo de participação no processo, independentemente de autorização do magistrado.

INCORRETA. Pois precisa de autorização do magistrado:

Art. 1.226. A consulta da íntegra de processos eletrônicos na internet observará as seguintes regras:

(...)

III - Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet será fornecida senha de acesso a terceiros legitimamente interessados para autos que tramitem em sigilo, peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, de acordo com o tipo de participação no processo, **mediante autorização do magistrado.** (Alterado pelo Provimento CG Nº 26/2021)

GABARITO B

ATUALIDADES

65 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nesta quinta-feira, 15 de abril, Jair Bolsonaro diz que o senador não pediu autorização para gravar conversa. - "Não vou discutir com maluco", afirmou o presidente, que cobrou que o parlamentar divulgue uma suposta segunda conversa entre os dois.

(<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-nao-pediu-autorizacao-para-gravar-conversa/adaptada>)

A notícia acima se refere ao senador

- a) Renan Calheiros (MDB)
- b) Omar Aziz (PSD)
- c) Jorge Kajuru (Podemos)
- d) Romário (PL)
- e) Randolfe Rodrigues (REDE)

Comentário:

A conversa tratada na notícia se refere ao presidente Jair Messias Bolsonaro e o senador Jorge Kajuru (Podemos).

Bolsonaro diz que Kajuru não pediu autorização para gravar conversa

'Não vou discutir com maluco', afirmou o presidente, que cobrou que o parlamentar divulgue uma suposta segunda conversa entre os dois

Por Da Redação Atualizado em 15 abr 2021, 22h22 - Publicado em 15 abr 2021, 21h53

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que **o senador Jorge Kajuru (Podemos-GO)** não pediu autorização para gravar a conversa entre os dois. Ele deu a declaração durante a sua tradicional live nas redes sociais na noite desta quinta-feira, 15.

Segundo Bolsonaro, o parlamentar é maluco: "O senador Kajuru me ligou, foi uma conversa que eu teria com qualquer senador. Agora, o fato de gravar... No dia seguinte, ele me ligou novamente e falou que tinha cortado partes agressivas ao senador [Randolfe Rodrigues]. Fiquei quieto, quando ele falou aquilo, vi que o cara me gravou e iria divulgar. Não vou discutir com maluco. Ele não pediu autorização para gravar uma ligação comigo".

GABARITO C

66 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões com leilão de 22 aeroportos; veja os vencedores.

Ágio médio foi de 3.822% acima do lance mínimo inicial fixado pelo edital. Governo estima investimentos de R\$ 6,1 bilhões durante os 30 anos de concessão de 3 blocos de aeroportos.

O ministro da Infraestrutura, comemorou o resultado do leilão desta quarta e a participação de grupos nacionais e estrangeiros.

"O Brasil merece esse crédito, é um país rico em oportunidades. Que atravessa um momento difícil sim, mas tem capacidade de se reinventar", disse. "O desafio é gerar o máximo de empregos que pudermos".

(<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/07/leilao-de-aeroportos-atrai-interessados-para-todos-os-3-blocos.ghtml>)

Quem é o ministro que liderou o projeto do atual governo para entregar a concessão de terminais ferroviários e aeroportos para iniciativa privada.

- a) Fábio Faria (PSD)
- b) Marcos Pontes (PSL)
- c) Paulo Guedes (Sem partido)
- d) Tarcísio Gomes de Freitas (Sem partido)
- e) Gilson Machado (Sem partido)

Comentário:

O atual Ministro da Infraestrutura é o ministro Tarcísio Gomes de Freitas (Sem partido).

Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões com leilão de 22 aeroportos; veja os vencedores

Ágio médio foi de 3.822% acima do lance mínimo inicial fixado pelo edital. Governo estima investimentos de R\$ 6,1 bilhões durante os 30 anos de concessão de 3 blocos de aeroportos.

Por Darlan Alvarenga, G1

07/04/2021 10h33 · Atualizado há 3 meses

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, comemorou o resultado do leilão desta quarta e a participação de grupos nacionais e estrangeiros. Veja vídeo acima.

"O Brasil merece esse crédito, é um país rico em oportunidades. Que atravessa um momento difícil sim, mas tem capacidade de se reinventar", disse. "O desafio é gerar o máximo de empregos que pudermos".

No dia 14 de abril será a entrega dos documentos de habilitação dos vencedores. A assinatura dos contratos de concessão deverá ocorrer após a homologação do resultado pela diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

~~a) Fábio Faria (PSD)~~

INCORRETA.

Ministro de Comunicações.

~~b) Marcos Pontes (PSL)~~

INCORRETA.

Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações.

~~c) Paulo Guedes (Sem partido)~~

INCORRETA.

Ministro da Economia.

~~e) Gilson Machado (Sem partido)~~

INCORRETA.

Ministro do Turismo

GABARITO D

67 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) Governo arrecada R\$ 32,7 milhões em leilão de trecho de Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1).

Leilão foi realizado na tarde desta quinta-feira (8) e recebeu proposta única. Trecho leiloado tem 537 km de extensão; concessão deve garantir R\$ 3,3 bilhões de investimentos.

(<https://g1.globo.com/noticia/2021/04/08/trecho-da-fiol-na-e-arrematado-por-r-327-milhoes-empresa-mineracao-sa-vence-leilao.ghtml>-adaptada)

O trecho do leilão vai de

- a) Ilhéus a Caetité, na Bahia.
- b) Divinópolis a Ouro Preto, Minas Gerais.
- c) Serra dos Carajás a Uruará, Pará.
- d) Maciço do Urucum a Amambaí, Mato Grosso do Sul.
- e) São José do Rio Preto a Catanduva, São Paulo.

Comentário:

O trecho leiloado vai de Ilhéus a Caetité, na Bahia.

Governo arrecada R\$ 32,7 milhões em leilão de trecho de Ferrovia de Integração Oeste-Leste na Bahia

Leilão foi realizado na tarde desta quinta-feira (8) e recebeu proposta única. Trecho leiloado tem 537 km de extensão e vai de Ilhéus a Caetité; concessão deve garantir R\$ 3,3 bilhões de investimentos.

Por G1 BA

08/04/2021 15h03 · Atualizado há 3 meses

O trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1), que **vai de Ilhéus a Caetité, na Bahia**, foi arrematado em proposta única por R\$ 32.730.000,00 pela Bahia Mineração S/A (Bamin) nesta quinta-feira (8). A disputa aconteceu na sede da B3, em São Paulo.

Ferrovias de Integração Oeste Leste (Fiol 1)

Trecho do leilão vai de Ilhéus a Caetité, na Bahia



Trecho em licitação: **537 Km**



Investimento previsto: **R\$ 3,3 bilhões**



Prazo de concessão: **35 anos**



Lance mínimo: **R\$ 32,7 milhões**

Fonte: ANTT



Infográfico elaborado em: 07/04/2021

Leilão da ferrovia de integração oeste leste — Foto: Helcio Horiuchi/Arte G1

GABARITO A

68 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) Eleições no Equador: quem é o banqueiro conservador que derrotou oponente esquerdista.

Em sua terceira eleição presidencial, conseguiu ampliar com sucesso sua base de eleitores para além da direita tradicional e assim vencer uma disputa acirrada contra a esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa.



"Este é um dia histórico, um dia em que todos os equatorianos decidiram seu futuro, expressaram com seu voto a necessidade de mudança e o desejo de dias melhores para todos", disse o presidente eleito aos apoiadores reunidos em Guayaquil na noite de domingo (12/04).

(<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56716511>)

A notícia e imagem acima se refere ao presidente eleito

- a) Lenín Moreno.
- b) Guillermo Lasso.
- c) Rafael Correa.
- d) Alfredo Palacio.
- e) Lucio Edwin Gutiérrez.

Comentário:

O presidente que derrotou oponente esquerdista é Guillermo Lasso.

Eleições no Equador: quem é Guillermo Lasso, o banqueiro conservador que derrotou oponente esquerdista

Redação
BBC News Mundo

12 abril 2021



Lasso é membro do Opus Dei, mas afirma estar disposto a abrir debate sobre a descriminalização do aborto.

Em sua terceira eleição presidencial, **Guillermo Lasso** conseguiu ampliar com sucesso sua base de eleitores para além da direita tradicional e assim vencer uma disputa acirrada contra a esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa.

No domingo (12/04), ele obteve dianteira de cinco pontos percentuais contra Andrés Arauz, que reconheceu a derrota.

"Este é um dia histórico, um dia em que todos os equatorianos decidiram seu futuro, expressaram com seu voto a necessidade de mudança e o desejo de dias melhores para todos", disse Lasso para apoiadores reunidos em Guayaquil na noite de domingo.

GABARITO B

69 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência), quanto a colocação competitiva da pessoa com deficiência que pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, carecerá ser observadas as seguintes orientações:

- I. provisão de suportes individualizados e coletivos que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;
- II. respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;
- III. possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. provisão de suportes individualizados e coletivos que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

INCORRETA.

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

II - provisão de suportes **individualizados** que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

II. respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

CORRETA.

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

III. possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

CORRETA.

VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil;

GABARITO C

70 - (4ª Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Resolução n. 401/2021 ¹do CNJ, para os fins desta Resolução, consideram-se:

I. acompanhante: aquele(a) que acompanha a pessoa com deficiência, podendo desempenhar as funções de atendente pessoal;

II. órgãos do Poder Judiciário: conselhos e tribunais do Poder Judiciário;

III. PLS-Jud: sistema informatizado de sustentabilidade para recebimento de dados socioambientais e de acessibilidade e inclusão dos órgãos do Poder Judiciário;

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II, apenas.

d) III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentário:

I. acompanhante: aquele(a) que acompanha a pessoa com deficiência, podendo desempenhar as funções de atendente pessoal;

¹ A resolução n. 230/2016 do CNJ foi revogado pela Res. 401/2021. Já estamos fazendo questões com a nova resolução. Embora ainda não tenha saído o edital, é muito provável que caia a Res. 401, pois trata da mesma matéria que tratava a 230.

INCORRETA. O acompanhante pode desempenhar ou não as funções de atendente pessoal.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, consideram-se:

II – acompanhante: aquele(a) que acompanha a pessoa com deficiência, podendo **ou não** desempenhar as funções de atendente pessoal;

II. órgãos do Poder Judiciário: conselhos e tribunais do Poder Judiciário;

CORRETA.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, consideram-se:

IX – órgãos do Poder Judiciário: conselhos e tribunais do Poder Judiciário;

III. PLS-Jud: sistema informatizado de sustentabilidade para recebimento de dados socioambientais e de acessibilidade e inclusão dos órgãos do Poder Judiciário;

CORRETA.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, consideram-se:

XII – PLS-Jud: sistema informatizado de sustentabilidade para recebimento de dados socioambientais e de acessibilidade e inclusão dos órgãos do Poder Judiciário;

GABARITO E

MATEMÁTICA

71 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras. Adaptada) Certa quantia foi aplicada por 10 meses num regime de juros simples a uma taxa de 9% ao ano, produzindo R\$ 145,50 de juros. O capital aplicado foi de

- a) R\$ 1.710,00.
- b) R\$ 1.940,00.
- c) R\$ 2.343,00.
- d) R\$ 2.962,00.
- e) R\$ 3.140,00.

Comentário:

Vamos aplicar a seguinte fórmula:

$$J(\text{juros}) = C(\text{capital}) \times i(\text{taxa de juros}) \times t(\text{período})$$

$$J(\text{juros}) = 145,50$$

$$C(\text{capital}) = ?$$

$$i(\text{taxa de juros}) = 9\% \text{ ao ano}$$

$$t(\text{período}) = 10 \text{ meses}$$

Antes de aplicar a fórmula vamos harmonizar as unidades da taxa e do prazo. sabemos que se trata do regime simples, logo basta dividirmos a taxa anual por 12 meses para encontrarmos a taxa mensal.

$$9\% (0,09) \div 12 = 0,0075$$

Agora, vamos aplicar a fórmula:

$$J = C \times i \times t$$

$$145,50 = C \times 0,0075 \times 10$$

$$145,50 = C \times 0,075$$

$$145,50 = 0,075C$$

$$C = 145,50 \div 0,075$$

$$C = \mathbf{R\$1940,00}$$

GABARITO B

72 - (4º Simulado Geral.. 2021. Outras) Paulo fez um investimento a juros simples, no valor de R\$ 1.500,00, pelo tempo de 1 ano, e com uma taxa de 2% ao mês. Assinalar a alternativa que apresenta o valor total que Paulo terá ao final da aplicação:

a) R\$ 1.900,00.

b) R\$ 1.850,00.

c) R\$ 1.860,00.

d) R\$ 1.910,00.

e) R\$ 1.890,00.

Comentário:

Vamos aplicar a seguinte fórmula:

$$M[\text{montante}] = C[\text{capital}](1 + i[\text{taxa de juros}] \times t[\text{período}])$$

$$M = ?$$

$$C = R\$1.500,00$$

$$i = 2\% \text{ ao mês } (2 \div 100 = 0,02)$$

$$t = 1 \text{ ano } (12 \text{ meses})$$

$$M = 1500 (1 + 0,02 \times 12)$$

$$M = 1500 (1 + 0,24)$$

$$M = 1500 (1,24)$$

$$M = 1500 \times 1,24$$

$$M = \mathbf{R\$1.860,00}$$

GABARITO C

73 - (4º Simulado Geral. 2021. Outras) A que taxa mensal devemos aplicar o capital de R\$ 10.000,00 em 1 ano e 2 meses para produzir juros de R\$ 1.400,00 é (juros simples)

- a) 1%.
- b) 2%.
- c) 2,5%.
- d) 1,5%.
- e) 4%.

Comentário:

Vamos aplicar a seguinte fórmula:

$$J(\text{juros}) = C(\text{capital}) \times i(\text{taxa de juros}) \times t(\text{período})$$

$$J = R\$1.400,00$$

$$C = R\$10.000,00$$

$$i = ?$$

$t = 1$ ano e dois meses (1 ano = 12 meses) $12 + 2 = 14$ meses

Agora, vamos aplicar a fórmula:

$$1400 = 10000 \cdot i \cdot 14$$

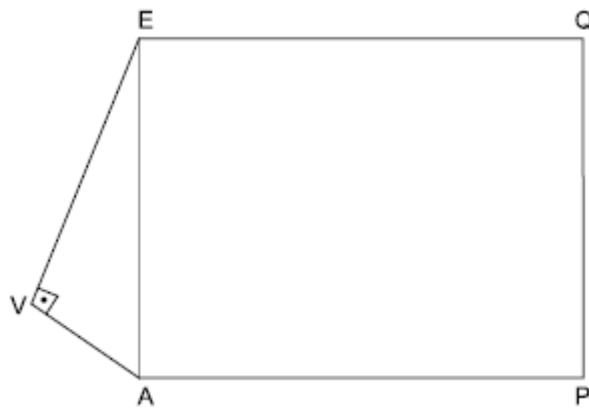
$$1400 = 140000 \cdot i$$

$$i = 1400 \div 140000$$

$$i = 0,01 \times 100 = \mathbf{1\%}$$

GABARITO A

74 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) O polígono AVEQP da figura representa um terreno e não está desenhado em escala. O triângulo EVA é retângulo em V e o quadrilátero EAPQ é um retângulo. As medidas de EV e VA são, respectivamente, iguais a 48 m e 20 m.



Se a medida do lado AP é igual a 75 m, então a área do terreno em m^2 é igual a

- a) 4380.
- b) 4575.
- c) 5050.
- d) 5275.
- e) 6125.

Comentário:

Desta feita, vamos aplicar o Teorema de Pitágoras:

$$x^2 = 48^2 + 20^2$$

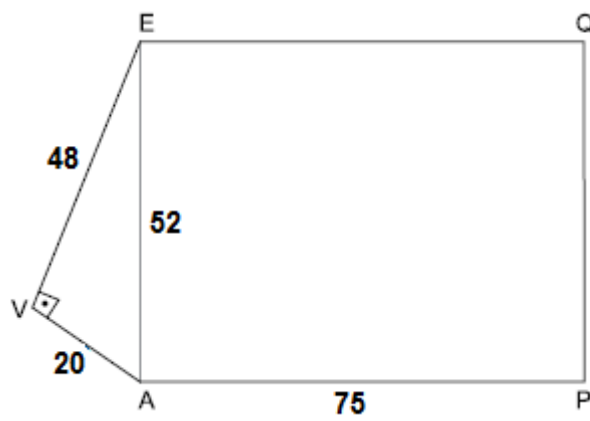
$$x^2 = 2304 + 400$$

$$x^2 = 2704$$

$$x = \sqrt{2704}$$

$$x = 52 \text{ m}$$

Para ilustrar vamos inserir os dados na figura:



Vamos calcular a área do triângulo AVE que será alcançada pelo resultado dos catetos divididos por 2. Vejamos:

$$A(\text{área}) = \frac{\mathbf{b(\text{base})} \cdot \mathbf{h(\text{altura})}}{2}$$

$$\frac{48 \cdot 20}{2} = \frac{960}{2} = 480m^2$$

Sabemos que a área do retângulo APQE é o resultado do comprimento com largura. Isto é,

$$A(\text{área}) = \mathbf{b(\text{base})} \cdot \mathbf{h(\text{altura})}$$

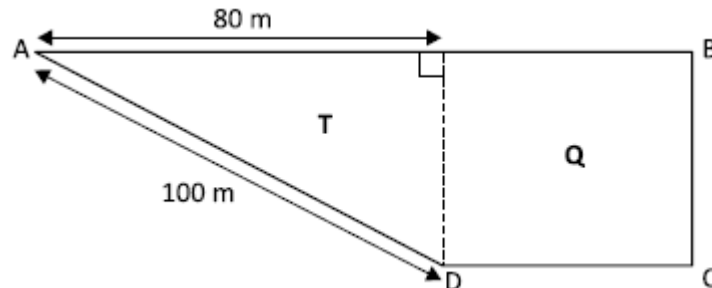
$$A = 75 \times 52$$

$$A = 3900 \text{ m}^2$$

Então a área do terreno em m^2 é igual a $480 + 3900 = 4380m^2$

GABARITO A

75 - (4º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Uma praça ABCD é composta por uma região quadrada Q e uma região com a forma de um triângulo retângulo T, conforme mostra a figura.



A área total dessa praça é de

- a) 8400 m².
- b) 6000 m².
- c) 4800 m².
- d) 4600 m².
- e) 3600 m².

Comentário:

Notamos que o triângulo possui um dos catetos medindo 80 m, a hipotenusa 100 m e o outro cateto que compatibiliza com um quadrado.

Vamos aplicar o Teorema de Pitágoras no triângulo "T" para encontrar a medida do menor cateto.

$$(100\text{m})^2 = (80\text{m})^2 + x^2$$

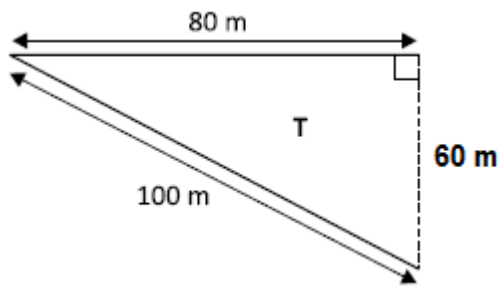
$$x^2 = 10000 \text{ m}^2 - 6400 \text{ m}^2$$

$$x^2 = 3600 \text{ m}^2$$

$$x = \sqrt{3600}$$

$$x = 60 \text{ m}$$

Para ilustrar vamos inserir os dados na figura:



Vamos calcular a área do triângulo “T” que será alcançada pelo resultado dos catetos divididos por 2. Vejamos:

$$A(\text{área}) = \frac{\mathbf{b(\text{base})} \cdot \mathbf{h(\text{altura})}}{2}$$

2

$$A = \frac{60 \cdot 80}{2}$$

$$A = \frac{4800}{2} = 2400m^2$$

Como o enunciado exige a área total da praça falta considerar a área do quadrado, isto é, sabemos que o quadrado da medida do lado corresponde a 60 m^2 ($60 \times 60 = 3600 \text{ m}^2$)

$$2400 \text{ m}^2 + 3600 \text{ m}^2 = \mathbf{6000 \text{ m}^2}$$

GABARITO B

76 - (4º Simulado Geral.2020. Vunesp) Todas as manhãs, uma pessoa faz caminhada em uma pista que tem o formato de triângulo retângulo, cujos trechos associados aos catetos desse triângulo medem 500 m e 1200 m. Cada volta completa nessa pista corresponde a uma caminhada de

- a) 3,0 km.
- b) 3,5 km.
- c) 4,0 km.
- d) 4,5 km.
- e) 5,0 km.

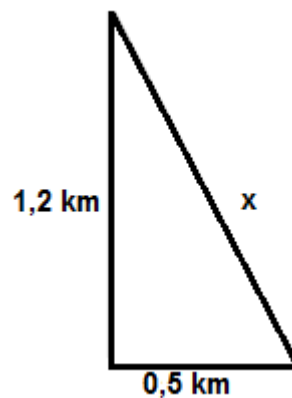
Comentário:

Inicialmente vamos considerar as informações do enunciado e converter para mesma unidade de medida das alternativas.

500 m (500 ÷ 1000 = 0,5 km)

1200 m (1200 ÷ 1000 = 1,2 km)

Desta feita vamos ilustrar o triângulo retângulo para facilitar a visualização:



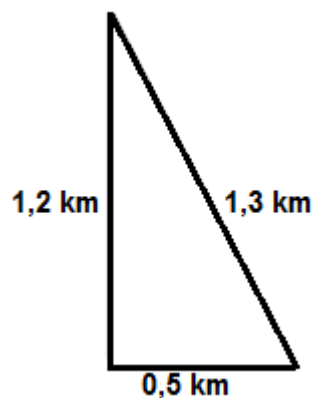
Agora, vamos aplicar o Teorema de Pitágoras:

$$x^2 = (1,2 \text{ km})^2 + (0,5 \text{ km})^2$$

$$x^2 = 1,44 \text{ km}^2 + 0,25 \text{ km}^2$$

$$x^2 = 1,69 \text{ km}^2$$

$$x = \sqrt{1,69 \text{ km}^2} = 1,3 \text{ km}$$



Cada volta completa nessa pista nada mais é que o cálculo do perímetro do triângulo, ou seja, a soma dos lados:

$$1,2 \text{ km} + 0,5 \text{ km} + 1,3 \text{ km} = \mathbf{3,0 \text{ km}}$$

GABARITO A

INFORMÁTICA

77 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No sistema operacional Windows 10 BR, o atalho utilizado para restaurar as janelas minimizadas na área de trabalho é:

- a) Tecla Windows + Shift + M.
- b) Tecla Windows + CTRL + F.
- c) Tecla Windows + CTRL + Q.
- d) Tecla Windows + K.
- e) Tecla Windows + L.

Comentário

a) Tecla Windows + Shift + M.

CORRETA. De fato, esse atalho serve para restaurar as janelas minimizadas na área de trabalho.

b) Tecla Windows + CTRL + F.

INCORRETA. Esse atalho serve para procurar por computadores (se você estiver em uma rede).

c) Tecla Windows + CTRL + Q.

INCORRETA. Esse atalho é para abrir a assistência rápida.

d) Tecla Windows + K.

INCORRETA. Esse atalho é para abrir a ação rápida Conectar.

e) Tecla Windows + L.

INCORRETA. Esse atalho é para bloquear o seu computador ou mudar de conta.

GABARITO A

78 - (4º Simulado Geral. 2021. Outras) No Windows 10, é vedado o uso de certos caracteres no nome de um arquivo, ou de uma pasta de arquivos.

Sabendo-se disso, o nome de arquivo que NÃO seria aceito é:

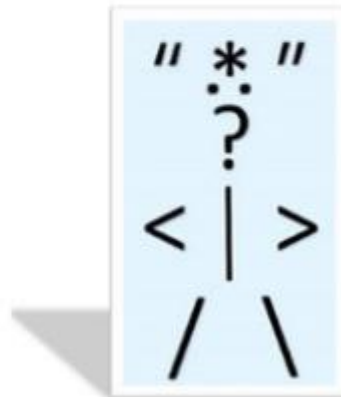
- A) A.B.C
- B) @ZIL.123
- C) 12345.TXT
- D) A_B.TXT
- E) ABC.*

Comentário

Não podem ser usados em nomes de arquivos ou pastas os seguintes caracteres: `/ \ ? : * " > < |`

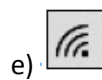
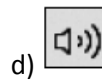
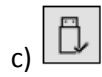
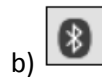
**Caracteres especiais que não são aceitos
para nomear arquivos e pastas no
windows 10: BASIADO:**

Barras
Asterisco
Setas
Interrogação
Aspas
Dois pontos



GABARITO E

79 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale o ícone localizado na área de Notificações do Windows 10, localizado no canto inferior direito da tela, que indica que o Windows Defender está ativado:



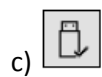
Comentário



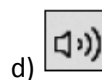
CORRETA. Esse ícone, de fato, indica que o Windows Defender, que é o Antivírus padrão do Windows, está ativado.



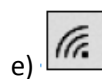
INCORRETA. Esse ícone indica que o bluetooth está ativado.



INCORRETA. Esse ícone permite remover um dispositivo e ejetá-lo com segurança.



INCORRETA. Esse ícone indica o volume dos alto-falantes.



INCORRETA. Esse ícone indica a qualidade do sinal da rede wi-fi à qual o computador está conectado.

GABARITO A

80 - (4º Simulado Geral. 2021. Outras) Considerando o sistema operacional Windows 10, versão em português, em sua configuração padrão, para abrir o menu Iniciar, basta pressionar a tecla Windows do teclado. Para os teclados que não possuem essa tecla, como alternativa, o que pode ser utilizado? Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação da questão.

A) F8.

B) Alt + F8.

C) Ctrl + Alt + Backspace.

D) Alt + Enter.

E) Ctrl + Esc.

Comentário

A) F8.

INCORRETA. Não há função para esta tecla no suporta da Microsoft.

B) Alt + F8.

INCORRETA. Esse atalho serve para mostrar sua senha na tela de credenciais.

C) Ctrl + Alt + Backspace.

INCORRETA. Não há função para esta combinação de teclas.

D) Alt + Enter.

INCORRETA. Esse atalho serve para abrir a caixa de diálogo Propriedades.

E) Ctrl + Esc.

CORRETA. Esse atalho também permite acionar o menu Iniciar.

GABARITO E

81 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Aquiles, funcionário público estadual, selecionou todo o parágrafo de um texto que está editando no MS-Word 2016, a fim de formatar todas as letras como maiúsculas. Para tanto, poderá utilizar o seguinte atalho:

- a) Ctrl+Shift+D
- b) Ctrl+Shift+K
- c) Ctrl+Shift+A
- d) Ctrl+=
- e) Ctrl+Shift+H

Comentário

TECLAS DE ATALHO DE EFEITOS
Ctrl+Shift+A: formatar todas as letras como maiúsculas
Ctrl+Shift+D: aplicar sublinhado duplo ao texto
Ctrl+Shift+H: aplicar formatação de texto oculto
Ctrl+Shift+K: formatar as letras com versalete
Ctrl+=: formatar com subscrito
Ctrl+Shift+Sinal de mais: aplicar sobrescrito

a) *Ctrl+Shift+D*

INCORRETA. Esse atalho é para aplicar sublinhado duplo ao texto.

b) *Ctrl+Shift+K*

INCORRETA. Esse atalho é para formatar as letras com versalete.

c) *Ctrl+Shift+A*

CORRETA. Esse atalho, de fato, formata todas as letras como maiúsculas.

d) *Ctrl+=*

INCORRETA. Esse atalho é para formatar com subscrito.

e) *Ctrl+Shift+H*

INCORRETA. Esse atalho é para formatação de texto oculto.

GABARITO C

82 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No MS-Word 2016, há uma ferramenta chamada “substituir”, localizada na guia Página inicial. Tal ferramenta possibilita ao usuário pesquisar uma palavra que se quer mudar e substituir por outra. Assinale a alternativa que representa a atalho para acionar essa ferramenta:

- a) CTRL+L
- b) CTRL+U
- c) CTRL+R.
- d) CTRL+O.
- e) CTRL+N.

Comentário

a) CTRL+L

INCORRETA. Esse atalho é para acionar a ferramenta “Localizar”.

b) CTRL+U

CORRETA. Esse atalho serve, de fato, para acionar a ferramenta “Substituir”.

c) CTRL+R.

INCORRETA. Esse atalho é para repetir digitação.

d) CTRL+O.

INCORRETA. Esse atalho é para abrir um novo documento em branco.

e) CTRL+N

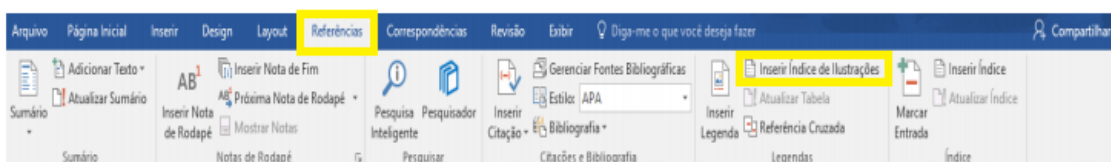
INCORRETA. Esse atalho é para aplicar negrito.

GABARITO B

83 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No Word 2016, há uma ferramenta chamada de “Inserir Índice de Ilustrações”. Assinale a Guia em que tal ferramenta pode ser acionada:

- a) Inserir
 - b) Layout
 - c) Revisão
 - d) Correspondência
 - e) Referências
- Comentário

A ferramenta “Inserir índice de Ilustrações” está na Guia “Referências”:



GABARITO E

84 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Afrodite, usuária do MS-Excel 2016, deseja calcular a planilha ativa. Para tanto, poderá utilizar o seguinte atalho:

- a) F9
- b) SHIFT+F9
- c) CTRL+Alt+F9
- d) Alt+=
- e) Shif+F3.

Comentário

a) F9

INCORRETA. Esse atalho é para calcular todas as planilhas em todas as pastas de trabalho abertas.

c) SHIFT+F9.

CORRETA. Esse atalho, de fato, serve para calcular apenas a planilha ativa.

d) CTRL+Alt+F9

INCORRETA. Esse atalho é para Calcular todas as planilhas em todas as pastas de trabalho abertas, **independentemente de elas terem sido ou não alteradas desde o último cálculo.**

e) **Alt+=**

INCORRETA. Esse atalho é para inserir a função AutoSoma.

f) **Shif+F3.**

INCORRETA. Esse atalho é para inserir uma função.

GABARITO C

85 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras. Adaptada) Assinale a alternativa que apresenta um modo para imprimir todas as planilhas do documento, no Microsoft Excel 2016;

A) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir planilhas ativas".

B) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir Toda a Pasta de Trabalho".

C) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir seleção".

D) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir todas as planilhas".

E) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir tudo"

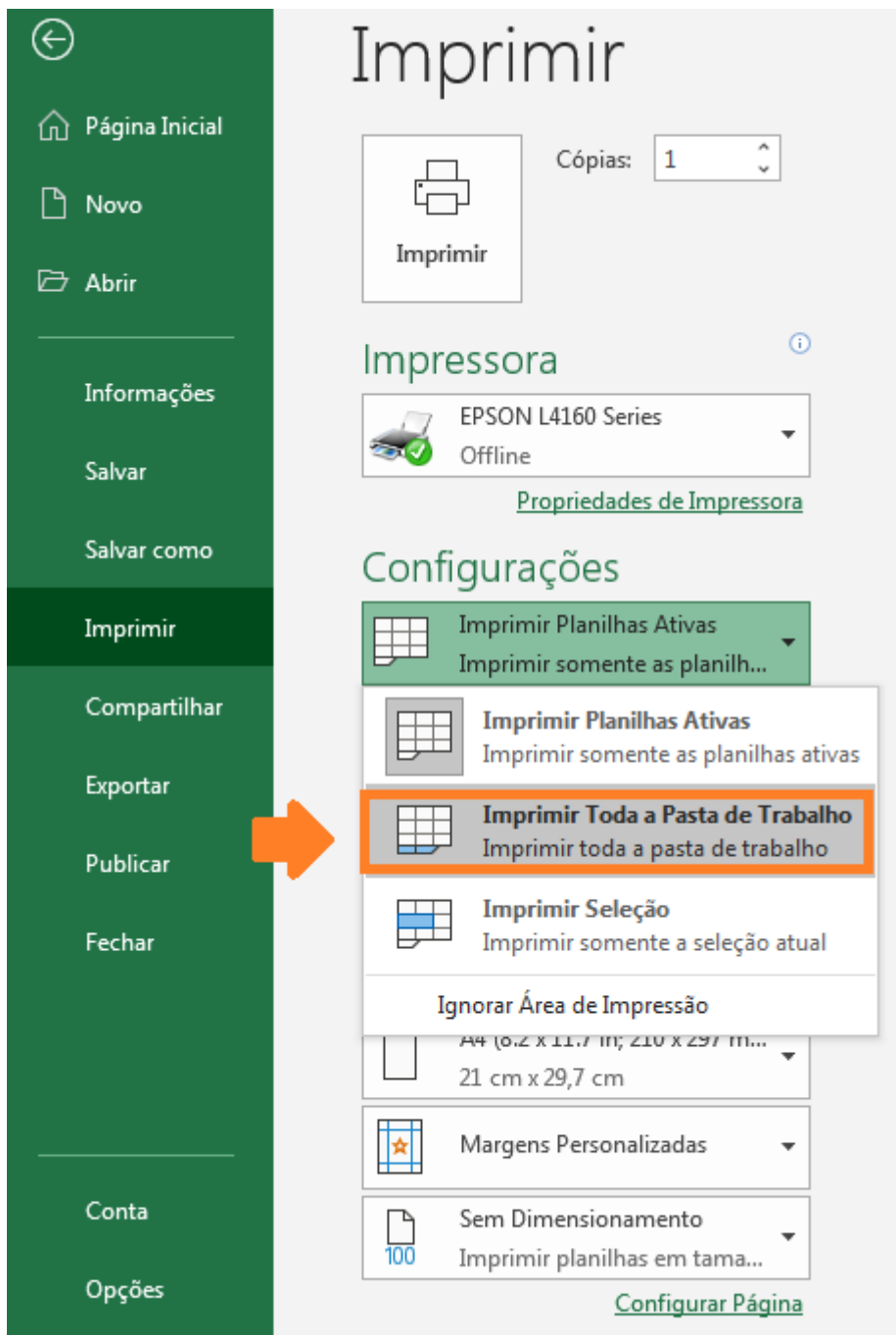
Comentário

A) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir planilhas ativas".

INCORRETA. Esse procedimento apenas permite imprimir a planilha atual (ativa) ou parte dela.

B) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir Toda a Pasta de Trabalho".

CORRETA.



C) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir seleção".

INCORRETA. Esse procedimento apenas permite imprimir a seleção atual.

D) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir todas as planilhas".

INCORRETA. Não existe essa opção imprimir todas as planilhas.

E) Na guia "Arquivo", clicar em "Imprimir". Depois, no campo "Configurações", clicar em "Imprimir tudo"

INCORRETA. Não existe essa opção imprimir tudo.

GABARITO B

86 – (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No MS-Excel 2016, há uma ferramenta chamada de “Preenchimento Relâmpago”, cuja função é preencher automaticamente os dados na planilha quando detecta um padrão. Assinale a alternativa que corresponde ao atalho utilizado para acionar tal ferramenta:

- a) Shift+F3
- b) CTRL+E
- c) CTRL+F5
- d) Ctrl+Alt+F5
- e) Alt+=

Comentário

a) Shift+F3

INCORRETA. Esse atalho é para inserir uma função.

b) CTRL+E

CORRETA. Esse atalho, de fato, aciona a ferramenta “Preenchimento Relâmpago”.

c) CTRL+F5

INCORRETA. Esse atalho atualiza os dados da planilha atual.

d) Ctrl+Alt+F5

INCORRETA. Esse atalho atualiza todos os dados da pasta de trabalho.

e) Alt+=

INCORRETA. Esse atalho é para inserir a fórmula AutoSoma.

GABARITO B

87 – (4º Simulado Geral. 2021. Outras) Observe a tabela a seguir.

	A	B
1	MARCOS	
2	ANDRE	
3	JOANA	
4	LUIZA	
5	JOÃO	
6		

O valor apresentado em B6 após a execução da expressão = CORRESP ("LUIZA";A1:A5;0) se refere a:

- a) 4
- b) 5
- c) A:4
- d) LUIZA
- e) #N/D

Comentário

Segundo o suporte da Microsoft, a função CORRESP procura um item especificado em um intervalo de células e retorna a posição relativa desse item no intervalo. Por exemplo, se o intervalo A1:A3 contiver os valores 5, 25 e 38, a fórmula =CORRESP(25,A1:A3,0) retornará o número 2, porque 25 é o segundo item no intervalo.

A sintaxe da função CORRESP tem os seguintes argumentos:

Valor_procurado (obrigatório) - O valor que você deseja corresponder em **matriz_procurada**. Por exemplo, quando você procura o número de alguém na lista telefônica, está usando o nome da pessoa como valor de pesquisa, mas o número do telefone é o valor desejado.

- No caso, o nosso valor procurado é LUÍZA.

Matriz_procurada (obrigatório) – é o intervalo de células que estão sendo pesquisadas.

- Na questão, o nosso intervalo é A1:A5 (A1 até A5).

Tipo_correspondência (opcional) - O número -1, 0 ou 1. O argumento tipo_correspondência especifica como o Excel faz a correspondência de valor_procurado a valores na matriz_procurada. O valor padrão para este argumento é 1.

- Na questão, foi utilizado "0".

A tabela a seguir descreve como a função localiza valores com base na configuração do argumento **tipo_correspondência**.

Tipo_correspondência	Comportamento
1 ou não especificado	CORRESP localiza o maior valor que é menor do que ou igual a valor_procurado . Os valores no argumento matriz_procurada deve ser colocados em ordem crescente; por exemplo: ...-2, -1, 0, 1, 2, ..., A-Z, FALSO, VERDADEIRO.
0	CORRESP localiza o primeiro valor que é exatamente igual a valor_procurado . Os valores no argumento matriz_procurada podem estar em qualquer ordem.
-1	CORRESP localiza o menor valor que é maior ou igual ao valor_procurado . Os valores no argumento matriz_procurada deve ser colocados em ordem decrescente como, por exemplo: VERDADEIRO, FALSO, Z-A... 2, 1, 0, -1, -2... e assim por diante.

Portanto, a Fórmula = CORRESP ("LUIZA";A1:A5;0) irá retornar o valor 4, que é posição que o termo procurado LUIZA ocupa no intervalo procurado. O tipo_correspondência "0" indica que deve ser retornado o primeiro valor que é exatamente igual ao procurado.

GABARITO A

88 - (4º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Aquiles, Escrevente Técnico do Judiciário, deseja criar um novo contato no Microsoft Outlook 2010. Assinale a alternativa que representa o atalho que permite realizar tal ação:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + SHIFT + K
- d) CTRL + SHIFT + E
- e) CTRL + SHIFT + B

Comentário

a) CTRL + SHIFT + P

INCORRETA. Esse atalho é para criar uma pasta de pesquisa.

b) CTRL + SHIFT + A

INCORRETA. Esse atalho é para criar um Compromisso.

c) CTRL + SHIFT + K

INCORRETA. Esse atalho é para criar uma nova Tarefa.

d) CTRL + SHIFT + E

INCORRETA. Esse atalho é para criar uma nova Pasta.

e) CTRL + SHIFT + B

CORRETA. De fato, esse atalho permite criar um novo Contato.

TECLAS DE ATALHO	FUNÇÃO
CTRL + N	Criar uma nova mensagem
CTRL + SHIFT + P	Criar uma pasta de pesquisa
CTRL + SHIFT + K	Criar uma nova tarefa
CTRL + SHIFT + E	Criar uma nova Pasta
CTRL + SHIFT + A	Criar um Compromisso
CTRL + SHIFT + B	Criar um novo Contato

GABARITO E

89 – (4º Simulado Geral. 2021 Vunesp) Na figura I, o usuário@gmail.com recebeu um e-mail no MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão, e pretende encaminhá-lo para amigos@linkedin.com como anexo em uma nova mensagem a ser redigida, conforme demonstrado na figura II.

FIGURA I

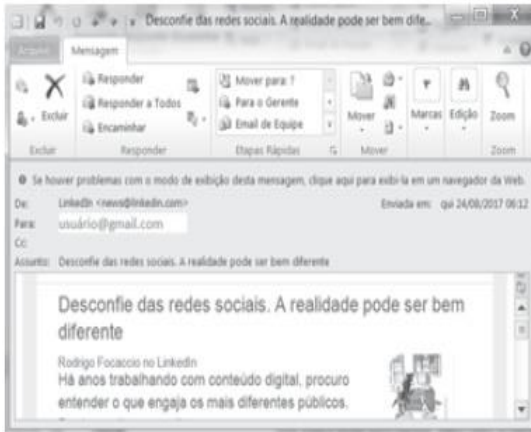
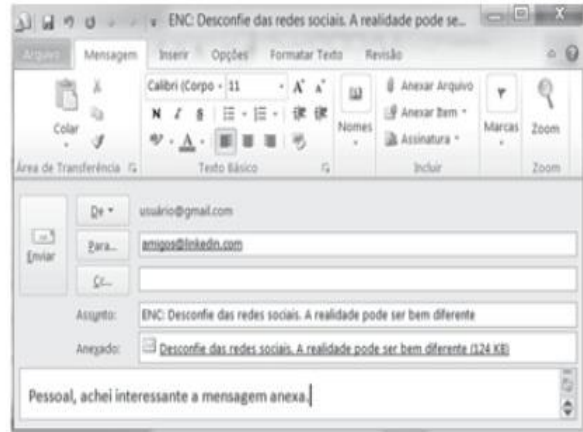








FIGURA II



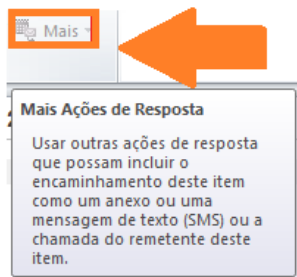
A opção do painel Responder existente no e-mail recebido (figura I) que permitiu executar a ação de encaminhamento da mensagem original como anexo em uma nova mensagem (figura II) foi

- A) 
- B) 
- C)  Responder
- D)  Responder a Todos
- E)  Encaminhar

Comentário

- A) 

CORRETA. Esse botão, chamado de “mais”, possibilita usar outras ações de resposta que possam incluir o encaminhamento do item como um anexo ou uma mensagem de texto (SMS) ou a chamada do remete deste item. Veja:



Perceba que na figura 02 a mensagem recebida na figura 01 foi encaminhada como um anexo, acusando que a função acionada foi a de “mais”.

B) 


INCORRETA. Esse botão é o da Reunião.

C)  Responder

INCORRETA. Quando você clica no botão responder, o campo “para” é preenchido automaticamente com o endereço de e-mail do remetente. Além disso, nesse recurso “responder”, o arquivo anexado na mensagem original não é anexado na mensagem de resposta.

D)  Responder a Todos

INCORRETA. A opção “responder a todos” permite responder ao remetente e aos outros destinatários da mensagem, mas o arquivo anexado na mensagem original não é anexado na mensagem de resposta.

E)  Encaminhar

INCORRETA. o botão encaminhar é usado para enviar mensagens a destinatários que não foram incluídos na mensagem principal. Além disso, o recurso “encaminhar” anexa automaticamente o arquivo anexado na mensagem principal. Essa não é a resposta correta, pois a questão pediu a ferramenta que permite o encaminhamento da mensagem original como anexo em uma nova mensagem, enquanto que “encaminhar” encaminha a mensagem no corpo do e-mail.

GABARITO A

90 - (4º Simulado Geral. 2021. Outras) Considerando o navegador Google Chrome, versão 79 em português, ao fechar uma guia de forma “acidental”, é possível, em seguida, reabrir essa respectiva guia através de qual tecla de atalho? (Obs: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação da questão)

- A) Ctrl + F7
- B) Ctrl + Alt + f
- C) Ctrl + z
- D) Ctrl + Shift + t
- E) Ctrl + F3

Comentário

A) Ctrl + F7

INCORRETA. Não tem função para essa combinação de teclas.

B) Ctrl + Alt + f

INCORRETA. Não tem função para essa combinação de teclas.

C) Ctrl + Z

INCORRETA. Não tem função para essa combinação de teclas.

D) Ctrl + Shift + t

CORRETA. De fato, esse atalho serve para reabrir as guias fechadas anteriormente na ordem em que foram fechadas. Assim, se você fechou uma guia por engano, pode ser utilizado tal atalho para reabrir tal guia.

E) Ctrl + F3

INCORRETA. Não há função para essa combinação de teclas.

CTR+F: abrir a barra localizar para pesquisar na página atual.

F3: também serve para abrir a barra localizar para pesquisar na página atual.

Mas não há CTRL+F3.

GABARITO D

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) Considere que os símbolos \rightarrow , \leftrightarrow , \wedge e \vee representam os operadores lógicos “se... então”, “se e somente se”, “e” e “ou”, respectivamente. Analise as sentenças abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() $(7 - 2 \div 2 = 5) \vee (3 > 2)$

() $(3 + 2 = 4) \leftrightarrow (1 > 3)$

() $(3 \times 5 + 6 = 21) \rightarrow (18 \div 3 - 1 = 7)$

() $(4 \times 4 + 3 = 19) \wedge (9 - 2 = 7)$

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.


- a) V, V, F, V.
- b) F, V, F, V.
- c) V, V, V, F.
- d) V, F, F, V.
- e) V, V, F, F.

Comentário:

(V) $(7 - 2 \div 2 = 5) \vee (3 > 2)$

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva (“ \vee ” ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a **primeira parte é falsa, pois $7 - 2 = 5 \div 2$ não é igual a 5**, e a **segunda parte é verdadeira, pois 3 é maior ($>$) que 2**, portanto, o item é verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



(V) $(3 + 2 = 4) \leftrightarrow (1 > 3)$

Estamos diante de uma **bicondicional (“ \leftrightarrow ” se e somente se)** que será verdadeira quando ambos os valores lógicos forem iguais. Notamos que a **primeira parte é falsa, pois $3 + 2$ não é igual a 4** e a **segunda parte também é falsa, pois 1 não é maior ($>$) que 3**, portanto, o item é verdadeiro.

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

(F) $(3 \times 5 + 6 = 21) \rightarrow (18 \div 3 - 1 = 7)$

Estamos diante de uma **condicional ("→" se... então)** que só será falsa quando a primeira parte for verdadeira e a segunda parte for falsa. Notamos que a **primeira parte é verdadeira, pois $3 \times 5 = 15 + 6 = 21$** e a **segunda parte é falsa, pois $18 \div 3 = 6 - 1 = 5$** , portanto, o item é falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

(V) $(4 \times 4 + 3 = 19) \wedge (9 - 2 = 7)$

Estamos diante de uma **conjunção ("^" e)** que só será verdadeira se ambas as partes forem verdadeiras. Notamos que a **primeira parte é verdadeira, pois $4 \times 4 = 16 + 3 = 19$** e a **segunda parte é verdadeira, pois $9 - 2 = 7$** , portanto, o item é verdadeiro.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

GABARITO A

92 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras. Adaptada) Qual a proposição é INCORRETA/FALSA?

- São Paulo faz fronteira com o Amazonas ou São Paulo faz fronteira com o Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro faz fronteira com Minas Gerais e sua capital é Rio de Janeiro.
- Belém a capital do Pará e fica na região Nordeste.
- O Clube do Remo fica em Belém do Pará ou em Manaus.
- A capital do Espírito Santo é Vitória ou Colatina.

Comentário:

a) São Paulo faz fronteira com o Amazonas **ou** São Paulo faz fronteira com o Rio de Janeiro.

F

V

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("v" ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a **primeira parte é falsa, pois SP não faz fronteira com o AM** e a **segunda parte é verdadeira, pois SP faz fronteira com o RJ.**

p	q	p v q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



b) Rio de Janeiro faz fronteira com Minas Gerais **e** sua capital é Rio de Janeiro.

V

V

Estamos diante de uma **conjunção ("^" e)** que só será verdadeira se ambas as partes forem verdadeiras. Notamos que a **primeira parte é verdadeira, pois RJ faz fronteira com MG** e a **segunda parte é verdadeira, pois a capital do RJ é RJ.**

p	q	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



c) Belém a capital do Pará **e** fica na região Nordeste.

V

F

Estamos diante de uma **conjunção ("^" e)** que só será verdadeira se ambas as partes forem verdadeiras. Notamos que a **primeira parte é verdadeira, pois Belém é a capital do PA** e a **segunda parte é falsa, pois o estado do PA fica na região Norte.**

p	q	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



d) O Clube do Remo fica em Belém do Pará **ou** em Manaus.

V

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("v" ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a primeira parte é verdadeira, pois o Clube do Remo fica em Belém do PA e a segunda parte é falsa, pois o Clube do Remo não fica em Manaus.

p	q	p v q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



e) A capital do Espírito Santo é Vitória **ou** Colatina.

V

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("v" ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a primeira parte é verdadeira, pois a capital do ES é Vitória e a segunda parte é falsa, pois a capital do ES não é a cidade de Colatina.

p	q	p v q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



GABARITO C

93 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) Considerando que os símbolos \wedge , \vee , \rightarrow e \leftrightarrow representem operadores lógicos e significam "e", "ou", "então" e "se e somente se", respectivamente, analise os seguintes testes lógicos e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() $(32 - 3 \times 12 = -4 \wedge 12 + 15 = 27)$

() $(15 + 2 \neq 17 \vee 18 - 9 = 9)$

() $(12 \div 4 = 4 \leftrightarrow 25 - 13 = 12)$

() $(48 \div 4 = 12 \rightarrow 16 + 17 \neq 33)$

() $(13 + 12 = 9 \vee 1 + 1 = 3)$

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, F, V, F, V
- b) V, V, F, F, F
- c) F, F, V, V, V
- d) V, F, F, V, V
- e) F, V, F, V, F

Comentário:

(V) $(32-3 \times 12 = -4 \wedge 12+15=27)$

V V

Estamos diante de uma **conjunção ("^" e)** que só será verdadeira se ambas as partes forem verdadeiras. Notamos que a primeira parte é verdadeira, pois $32 - 3 \times 12 = -4$ e a segunda parte é verdadeira, pois $12 + 15 = 27$.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



(V) $(15+2 \neq 17 \vee 18-9=9)$

F V

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("v" ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a primeira parte é falsa, pois $15 + 2 = 17$ e a segunda parte é verdadeira, pois $18 - 9 = 9$.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



(F) $(12 \div 4 = 4 \leftrightarrow 25 - 13 = 12)$

F V

Estamos diante de uma **bicondicional ("↔")** que só será verdadeira quando ambas as partes tiverem valores lógicos iguais. Notamos que a primeira parte é falsa, pois $12 \div 4 = 3$ e a segunda parte é verdadeira, pois $25 - 13 = 12$.

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

(F) ($48 \div 4 = 12 \rightarrow 16 + 17 \neq 33$)

V F

Estamos diante de uma **condicional ("→" se... então)** que só será falsa quando a primeira parte for verdadeira e a segunda parte for falsa. Notamos que a **primeira parte é verdadeira, pois $48 \div 4 = 12$** e a **segunda parte é falsa, pois $16 + 17 = 33$** .

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

(F) ($13 + 12 = 9 \vee 1 + 1 = 3$)

F F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("v" ou)** que só será falsa quando ambas as partes forem falsas. Notamos que a **primeira parte é falsa, pois $13 + 12 = 25$** e a **segunda parte é falsa, pois $1 + 1 = 2$** .

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Concluimos que sequência correta é **V – V – F – F – F**.

GABARITO B

94 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) Se A e B simbolizam, respectivamente, as proposições "João recebe uma promoção no emprego" e "João compra um carro novo", considere a proposição composta $A \rightarrow B$ para analisar as afirmações.

- I. A proposição composta $A \rightarrow B$ é falsa se A é falsa e B é falsa.
- II. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se B é verdadeira e A é verdadeira.
- III. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se A é falsa e B é verdadeira.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a segunda afirmação é verdadeira.
- b) Apenas a terceira afirmação é falsa.
- c) Apenas a segunda afirmação é falsa.
- d) Todas as afirmações são verdadeiras.
- e) Apenas a primeira afirmação é falsa.

Comentário:

A = "João recebe uma promoção no emprego"

B = "João compra um carro novo"

Estamos diante de uma **condicional ("→" se... então)** que só será falsa quando a primeira parte for verdadeira e a segunda parte for falsa.

Agora, vamos analisar as afirmativas:

I. A proposição composta A **Se... então (→)** B é **falsa** se A é **falsa** e B é **falsa**.

INCORRETA, pois notamos observando a tabela verdade abaixo que quando A é **falsa** e B é **falsa** na condicional a proposição será **verdadeira**.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



II. A proposição composta A **Se... então (\rightarrow)** B é **verdadeira** se B é **verdadeira** e A é **verdadeira**.

CORRETA, pois notamos observando a tabela verdade abaixo que quando B é **verdadeira** e A é **verdadeira** na condicional a proposição será **verdadeira**.

p	q	p \rightarrow q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

III. A proposição composta A **Se... então (\rightarrow)** B é **verdadeira** se A é **falsa** e B é **verdadeira**.

CORRETA, pois notamos observando a tabela verdade abaixo que quando A é **falsa** e B é **verdadeira** na condicional a proposição será **verdadeira**.

p	q	p \rightarrow q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Concluimos que apenas a primeira afirmação é falsa.

GABARITO E

95 - (4º Simulado Geral. 2019. Outras) Texto 1 A 10-I

No exercício de suas atribuições profissionais, auditores fiscais sempre fazem afirmações verdadeiras, ao passo que sonegadores sempre fazem proposições falsas.

Saulo, sonegador de impostos, fez a seguinte afirmação durante uma audiência para tratar de sua eventual autuação: “como sou um pequeno comerciante, se vendo mais a cada mês, pago meus impostos em dia”.

Nessa situação hipotética, considerando as afirmações estabelecidas no texto 1 A 10-I, assinale a opção que apresenta uma afirmação verdadeira.

- a) “Saulo não é um pequeno comerciante”.
- b) “Saulo vende mais a cada mês”.
- c) “Saulo não vende mais a cada mês”.
- d) “Saulo paga seus impostos em dia”.
- e) “Se Saulo vende mais em um mês, paga seus impostos em dia”.

Comentário:

Analisando o enunciado vamos reescrever a proposição de **Saulo, sonegador de impostos**:

Antes: “como sou um pequeno comerciante, se vendo mais a cada mês, pago meus impostos em dia”

Depois: “(Se sou um pequeno comerciante e vendo mais a cada mês), então pago meus impostos em dia”.

V

Estamos diante de uma **condicional (→ “Se... então”)** que só será falsa quando a primeira parte for verdadeira e a segunda parte for falsa. E vale destacar que segundo o texto um **sonegador faz proposições falsas**.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Entretanto, devemos nos atentar que a primeira parte da proposição de Saulo se trata de uma **conjunção (∧ “e”)** que só será verdadeira se ambas as partes forem verdadeiras.

(sou um pequeno comerciante e vendo mais a cada mês)

V

V

p	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



Por fim, concluímos a condicional da seguinte forma:

- Sou um pequeno comerciante = V
- Vendo mais a cada mês = V
- Pago meus impostos em dia = F

Agora, vamos analisar as alternativas:

a) ~~“Saulo não é um pequeno comerciante”~~. = F

Falsa, pois sabemos que Saulo é um pequeno comerciante.

b) *“Saulo vende mais a cada mês”*. = V

Verdadeira, pois Saulo vende mais a cada mês.

c) ~~“Saulo não vende mais a cada mês”~~. = F

Falsa, pois Saulo vende mais a cada mês.

d) ~~“Saulo paga seus impostos em dia”~~. = F

Falsa, pois Saulo não paga seus impostos em dia.

e) ~~“Se Saulo vende mais em um mês, paga seus impostos em dia”~~. = F

V

F

Falsa, se trata de uma condicional que só será falsa quando a primeira parte for verdadeira e a segunda parte for falsa. Sabemos que Saulo vende mais em um mês, mas não paga seus impostos em dia.

GABARITO B

96 - (4º Simulado Geral. 2021. Outras) Em um levantamento de dados realizado em um conjunto de domicílios, era preciso verificar a existência de jovens (abaixo de 18 anos de idade), adultos (de 18 a 60 anos de idade) e idosos (acima de 60 anos de idade) em cada domicílio visitado. Sabe-se que:

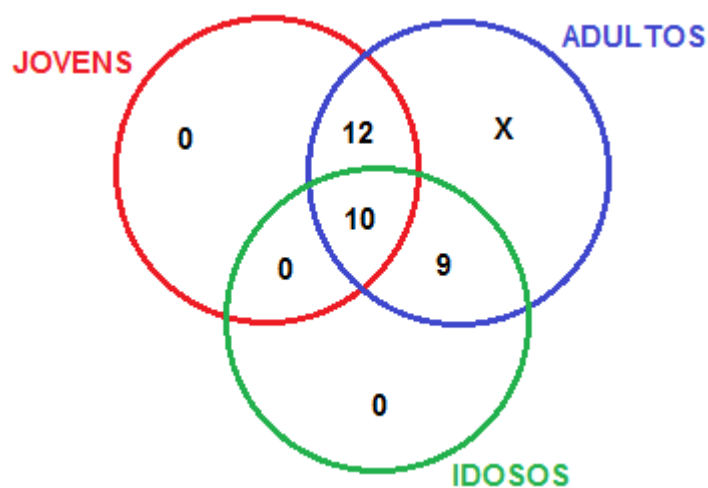
- em 10 dos domicílios visitados, residem jovens, adultos e idosos;
- em 12 dos domicílios visitados, residem jovens e adultos, mas não residem idosos;
- em 9 dos domicílios visitados, residem adultos e idosos, mas não residem jovens; e
- em nenhum dos domicílios visitados, residem apenas jovens e idosos, assim como em nenhum dos domicílios visitados residem apenas idosos ou apenas jovens.

Considerando-se essa situação hipotética e sabendo-se que, em qualquer dos domicílios visitados, reside, pelo menos, uma pessoa e que, no total, foram visitados 42 domicílios, é correto afirmar que,

- a) em 10 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.
- b) em 11 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.
- c) em 21 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.
- d) em 31 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.
- e) em 42 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.

Comentário:

Vamos interpretar o enunciado e iniciar a resolução através dos diagramas:



Adiante, vamos encontrar o valor de "x":

$$x + 12 + 10 + 9 = 42$$

$$x + 31 = 42$$

$$x = 42 - 31$$

$$x = \mathbf{11}$$

Concluimos que em 11 dos domicílios visitados, residem apenas adultos.

GABARITO B

97 - (4º Simulado Geral. Outras. Adaptada) Numa sala de aula de tem 35 alunos. Sabe-se que: 21 alunos gostam de matemática 15 alunos gostam de física 18 alunos gostam de química 2 alunos gostam de física, química e matemática 8 alunos gostam de física e matemática 7 alunos gostam de matemática e química 6 alunos gostam de física e química Quantos alunos não gostam de nenhuma das três disciplinas?

- a) 3.
- b) 8.
- c) 10.
- d) 6.
- e) Nenhuma das alternativas.

Comentário:

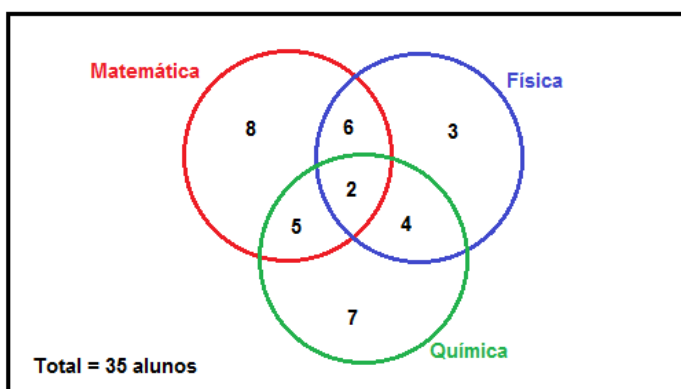
Vamos interpretar o enunciado:

- **2 alunos** gostam de “física, química e matemática”.
- 8 alunos gostam de “física e matemática” subtraímos os alunos que gostam de “física, química e matemática”, temos $8 - 2 = 6$ **alunos**.
- 7 alunos gostam de “matemática e química” subtraímos os alunos que gostam de “física, química e matemática”, temos $7 - 2 = 5$ **alunos**.
- 6 alunos gostam de “física e química” subtraímos os alunos que gostam de “física, química e matemática”, temos $6 - 2 = 4$ **alunos**.

Alunos que gostam de matemática: $21 - 2 - 6 - 5 = 8$ **alunos**

Alunos que gostam de física: $15 - 2 - 6 - 4 = 3$ **alunos**

Alunos que gostam de química: $18 - 2 - 5 - 4 = 7$ **alunos**



$8 + 6 + 3 + 5 + 2 + 4 + 7 = 35$ gostam de pelo menos uma disciplina, isto é, o número total de alunos da sala de aula.

Por tanto, concluímos que nenhuma das alternativas.

GABARITO E

98 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) A sequência numérica abaixo possui uma determinada lógica em sua formação.

3, 7, 11, 15, 19, ...

O número corresponde ao oitavo elemento dessa sequência e:

- a) 23.
- b) 27.
- c) 33.
- d) 25.
- e) 31.

Comentário:

Vamos encontrar a sequência lógica:

Notamos que os termos são acrescidos de 4 em 4, logo, basta seguir a sequência para encontrarmos o 8º Termo.

1º Termo	2º Termo	3º Termo	4º Termo	5º Termo	6º Termo	7º Termo	8º Termo
	+ 4	+4	+4	+4	+4	+4	+4
3	7	11	15	19	23	27	31

GABARITO E

99 - (4º Simulado Geral. 2019. Outras) Qual o número que completa a sequência corretamente de acordo com o padrão lógico? 7, 15, 31, 63, 127, __, 511.

- a) 200.
- b) 255.
- c) 355.
- d) 435.
- e) 500.

Comentário:

Notamos que atingimos cada termo dobrando (x2) o termo anterior e somando um (+1) ao resultado.

1º Termo	2º Termo	3º Termo	4º Termo	5º Termo	6º Termo	7º Termo
$2x + 1$	$2x + 1$	$2x + 1$	$2x + 1$	$2x + 1$	$2x + 1$	
7	15	31	63	127	255	511

GABARITO B

100 - (4º Simulado Geral. 2020. Outras) Qual das palavras abaixo se encaixa no conjunto, mantendo-se o pensamento lógico observado da sequência de substantivos?

Azeitona, empada, iogurte, ovo, ...

- a) Massa
- b) Brócolis
- c) Leite
- d) Farinha
- e) Uva

Comentário:

Notamos que as letras iniciais de cada palavra do conjunto são vogais e seguem a ordem exata. Vejamos:

Azeitona	Empada	Iogurte	Ovo	Uva
----------	--------	---------	-----	-----

GABARITO E